



# Plano Municipal

para a Integração  
de Migrantes de Beja



## FICHA TÉCNICA

**Título:** Plano Municipal para a Integração de Migrantes do Concelho de Beja

**Conceção:** ESDIME

**Propriedade:** Câmara Municipal de Beja

**Período de vigência:** 2021 - 2022

**Fundo cofinanciador:** Fundo para o Asilo, Migrações e Integração (FAMI)

**Entidade promotora:** Alto Comissariado para as Migrações (ACM)

2

---

Beja, novembro de 2021



## Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Beja

### NOTA DE ABERTURA

Com o compromisso político por parte do/a representante máximo/a do Município ou Vereador/a com pelouro relevante



## ÍNDICE

Nota de abertura .....	Pág. 3
Lista de acrónimos .....	Pág.10
<b>1. Enquadramento .....</b>	<b>Pág.11</b>
1.1 Metodologia .....	Pág.14
1.2 Validação e aprovação .....	Pág.27
1.3 Constrangimentos e potencialidades à conceção do PMIM .....	Pág.28
<b>2. Diagnóstico Local .....</b>	<b>Pág.31</b>
2.1 Comunidade Migrante .....	Pág.38
2.2 Comunidade de acolhimento .....	Pág.57
2.3 Recenseamento de problemas/necessidades e propostas de resposta- ação .....	Pág.64
<b>3. Plano Municipal para Integração de Imigrantes .....</b>	<b>Pág.79</b>
3.1 Dimensão estratégica .....	Pág.79
3.2 Dimensão operacional .....	Pág.82
3.3 Modelo de monitorização e avaliação .....	Pág.89
3.4 Modelo de Governação .....	Pág.91
<b>4. Glossário .....</b>	<b>Pág.94</b>
<b>5. Bibliografia .....</b>	<b>Pág.104</b>
<b>6. Anexos .....</b>	<b>Pág.106</b>

## ÍNDICE DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Identificação das cinco fases que integram o processo de conceção do PMIM .....	<b>Pág. 14</b>
<b>Figura 2</b> - Identificação das entidades que constituem a Plataforma de Acompanhamento e Avaliação .....	<b>Pág. 15</b>
<b>Figura 3</b> - Reuniões presenciais de trabalho do grupo restrito .....	<b>Pág. 16</b>
<b>Figura 4</b> - Reuniões online de trabalho do grupo restrito .....	<b>Pág. 17</b>
<b>Figura 5</b> - Workshop participativo inicial da Plataforma de Acompanhamento e Avaliação ...	<b>Pág. 17</b>
<b>Figura 6</b> - Workshop participativo da Plataforma de Acompanhamento e Avaliação .....	<b>Pág. 18</b>
<b>Figura 7</b> - Aplicação de questionários às comunidades migrantes .....	<b>Pág. 20</b>
<b>Figura 8</b> - Workshop participativo com as comunidades migrantes .....	<b>Pág. 22</b>
<b>Figura 9</b> - Divulgação da aplicação de questionários à comunidade de acolhimento .....	<b>Pág. 23</b>
<b>Figura 10</b> - Apresentação das 14 áreas temáticas de intervenção .....	<b>Pág. 24</b>
<b>Figura 11</b> - Workshop participativo da Plataforma de Acompanhamento e Avaliação .....	<b>Pág. 25</b>
<b>Figura 12</b> - Workshop participativo da Plataforma de Acompanhamento e Avaliação .....	<b>Pág. 25</b>
<b>Figura 13</b> - Reuniões individuais com as entidades que constituem a Plataforma de Acompanhamento e Avaliação .....	<b>Pág. 26</b>
<b>Figura 14</b> - Reuniões individuais com as entidades que constituem a Plataforma de Acompanhamento e Avaliação .....	<b>Pág. 26</b>
<b>Figura 15</b> - Reunião da Plataforma de Acompanhamento e Avaliação (dimensão operacional) .....	<b>Pág. 27</b>
<b>Figura 16</b> - Apresentação das 4 dimensões em análise .....	<b>Pág. 31</b>
<b>Figura 17</b> - Notícia CLAIM .....	<b>Pág. 65</b>
<b>Figura 18</b> - Notícia CNAIM .....	<b>Pág. 65</b>
<b>Figura 19</b> - Notícia GIP Imigrante .....	<b>Pág. 66</b>
<b>Figura 20</b> - Atividades interculturais realizadas .....	<b>Pág. 71</b>
<b>Figura 21</b> - Casa aberta   campanha de vacinação Covid-19 dirigida às comunidades migrantes do concelho de Beja .....	<b>Pág. 72</b>
<b>Figura 22</b> - Esquema resumo do modelo de monitorização e avaliação .....	<b>Pág. 90</b>
<b>Figura 23</b> - Esquema resumo do modelo de governança .....	<b>Pág. 32</b>



## ÍNDICE DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> - Migrantes permanentes: total e naturalidade .....	<b>Pág.33</b>
<b>Tabela 2</b> - População Estrangeira com estatuto legal de residente: total e por sexo .....	<b>Pág.34</b>
<b>Tabela 3</b> - Migrantes permanentes: total e por grupos etários .....	<b>Pág.35</b>
<b>Tabela 4</b> - População estrangeira com estatuto legal de residente: total e nacional .....	<b>Pág.36</b>
<b>Tabela 5</b> - Identificação das nacionalidades inquiridas .....	<b>Pág.39</b>
<b>Tabela 6</b> - Caracterização da população inquirida relativa à situação face ao emprego, regime de trabalho e profissão .....	<b>Pág.40</b>
<b>Tabela 7</b> - Caracterização do tipo de alojamento em que reside a população inquirida .....	<b>Pág.42</b>
<b>Tabela 8</b> - Caracterização da condição em que reside a população inquirida .....	<b>Pág.42</b>
<b>Tabela 9</b> - Caracterização do número de divisões do alojamento da população inquirida .....	<b>Pág.43</b>
<b>Tabela 10</b> - Caracterização das infraestruturas básicas do alojamento da população inquirida .....	<b>Pág.43</b>
<b>Tabela 11</b> - Caracterização dos meios que a população inquirida dispõe no alojamento .....	<b>Pág.44</b>
<b>Tabela 12</b> - Caracterização da razão porque a população inquirida escolheu Portugal como país de residência .....	<b>Pág.45</b>
<b>Tabela 13</b> - Caracterização da forma de migração utilizada, pela população inquirida, para chegar a Portugal .....	<b>Pág.45</b>
<b>Tabela 14</b> - Caracterização do principal motivo porque a população inquirida deixou o seu país de origem .....	<b>Pág.46</b>
<b>Tabela 15</b> - Caracterização dos motivos (2) que estão na origem da opção pela residência do concelho da população inquirida .....	<b>Pág.46</b>
<b>Tabela 16</b> - Caracterização do tipo de documentação com que a população inquirida entrou em Portugal .....	<b>Pág.47</b>
<b>Tabela 17</b> - Caracterização do meio como a população inquirida obteve o primeiro emprego em Portugal .....	<b>Pág.48</b>
<b>Tabela 18</b> - Caracterização da perceção da população inquirida relativa a 14 aspetos relacionados com o seu processo de integração .....	<b>Pág.48</b>
<b>Tabela 19</b> - Caracterização da frequência em curso de língua portuguesa da população inquirida .....	<b>Pág.49</b>
<b>Tabela 20</b> - Caracterização da condição necessária para a população inquirida se sentir bem integrada em Portugal .....	<b>Pág.50</b>
<b>Tabela 21</b> - Caracterização de quem a população inquirida considera amigos/as em Portugal .....	<b>Pág.50</b>
<b>Tabela 22</b> - Caracterização da religião da população inquirida .....	<b>Pág.51</b>
<b>Tabela 23</b> - Caracterização da relação da população inquirida com as instituições/serviços ...	<b>Pág.51</b>
<b>Tabela 24</b> - Caracterização do nível de integração da população inquirida .....	<b>Pág.52</b>



<b>Tabela 25</b> - Caraterização do tipo de situações em que a população inquirida já se sentiu discriminada .....	<b>Pág.53</b>
<b>Tabela 26</b> - Caraterização da existência de discriminação pela população inquirida .....	<b>Pág.53</b>
<b>Tabela 27</b> - Caraterização da existência de familiares dependentes no país de origem .....	<b>Pág.54</b>
<b>Tabela 28</b> - Caraterização da intenção de regressar ao país de origem e os motivos do regresso .....	<b>Pág.54</b>
<b>Tabela 29</b> - Caraterização do valor médio mensal de remessas (em dinheiro) enviadas pela população inquirida .....	<b>Pág.55</b>
<b>Tabela 30</b> - Caraterização da pretensão da população inquirida ir residir para outro país .....	<b>Pág.55</b>
<b>Tabela 31</b> - Recenseamento de problemas/necessidades e propostas de resposta-ação relativo à área temática “Serviços de acolhimento e Integração” .....	<b>Pág.67</b>
<b>Tabela 32</b> - Recenseamento de problemas/necessidades e propostas de resposta-ação relativo à área temática “Urbanismo e habitação” .....	<b>Pág.68</b>
<b>Tabela 33</b> - Recenseamento de problemas/necessidades e propostas de resposta-ação relativo à área temática “Mercado de trabalho e empreendedorismo” .....	<b>Pág.69</b>
<b>Tabela 34</b> - Recenseamento de problemas/necessidades e propostas de resposta-ação relativo à área temática “Formação e capacitação” .....	<b>Pág.70</b>
<b>Tabela 35</b> - Recenseamento de problemas/necessidades e propostas de resposta-ação relativo à área temática “Educação e língua” .....	<b>Pág.70</b>
<b>Tabela 36</b> - Recenseamento de problemas/necessidades e propostas de resposta-ação relativo à área temática “Cultura” .....	<b>Pág.72</b>
<b>Tabela 37</b> - Recenseamento de problemas/necessidades e propostas de resposta-ação relativo à área temática “Saúde” .....	<b>Pág.73</b>
<b>Tabela 38</b> - Recenseamento de problemas/necessidades e propostas de resposta-ação relativo à área temática “Solidariedade e resposta social” .....	<b>Pág.73</b>
<b>Tabela 39</b> - Recenseamento de problemas/necessidades e propostas de resposta-ação relativo à área temática “Cidadania e participação cívica” .....	<b>Pág.74</b>
<b>Tabela 40</b> - Recenseamento de problemas/necessidades e propostas de resposta-ação relativo à área temática “Media e Sensibilização da Opinião Pública” .....	<b>Pág.75</b>
<b>Tabela 41</b> - Recenseamento de problemas/necessidades e propostas de resposta-ação relativo à área temática “Racismo e Discriminação” .....	<b>Pág.75</b>
<b>Tabela 42</b> - Recenseamento de problemas/necessidades e propostas de resposta-ação relativo à área temática “Relações Internacionais” .....	<b>Pág.76</b>
<b>Tabela 43</b> - Recenseamento de problemas/necessidades e propostas de resposta-ação relativo à área temática “Religião” .....	<b>Pág.76</b>
<b>Tabela 44</b> - Recenseamento de problemas/necessidades e propostas de resposta-ação	<b>Pág.77</b>



relativo à área temática “Igualdade de Género” .....	
<b>Tabela 45</b> - Tabela resumo da dimensão estratégica .....	<b>Pág.79</b>
<b>Tabela 46</b> - Tabela resumo da dimensão operacional da área de intervenção “Serviços de acolhimento e Integração” .....	<b>Pág.82</b>
<b>Tabela 47</b> - Tabela resumo da dimensão operacional da área de intervenção “Urbanismo e habitação” .....	<b>Pág.83</b>
<b>Tabela 48</b> - Tabela resumo da dimensão operacional da área de intervenção “Mercado de trabalho e empreendedorismo” .....	<b>Pág.83</b>
<b>Tabela 49</b> - Tabela resumo da dimensão operacional da área de intervenção “Formação e capacitação” .....	<b>Pág.83</b>
<b>Tabela 50</b> - Tabela resumo da dimensão operacional da área de intervenção “Educação e língua” .....	<b>Pág.84</b>
<b>Tabela 51</b> - Tabela resumo da dimensão operacional da área de intervenção “Cultura” .....	<b>Pág.84</b>
<b>Tabela 52</b> - Tabela resumo da dimensão operacional da área de intervenção “Saúde” .....	<b>Pág.85</b>
<b>Tabela 53</b> - Tabela resumo da dimensão operacional da área de intervenção “Solidariedade e resposta social” .....	<b>Pág.85</b>
<b>Tabela 54</b> - Tabela resumo da dimensão operacional da área de intervenção “Cidadania e participação cívica” .....	<b>Pág.86</b>
<b>Tabela 55</b> - Tabela resumo da dimensão operacional da área de intervenção “Media e sensibilização da opinião pública” .....	<b>Pág.86</b>
<b>Tabela 56</b> - Tabela resumo da dimensão operacional da área de intervenção “Racismo e discriminação” .....	<b>Pág.87</b>
<b>Tabela 57</b> - Tabela resumo da dimensão operacional da área de intervenção “Relações internacionais” .....	<b>Pág.87</b>
<b>Tabela 58</b> - Tabela resumo da dimensão operacional da área de intervenção “Religião” .....	<b>Pág.87</b>
<b>Tabela 59</b> - Tabela resumo da dimensão operacional da área de intervenção “Igualdade de género” .....	<b>Pág.88</b>
<b>Tabela 60</b> - Tabela relação das áreas temáticas de intervenção e as medidas .....	<b>Pág.88</b>



## ÍNDICE DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> - Caraterização da comunidade de acolhimento inquirida, em relação ao género..	<b>Pág.58</b>
<b>Gráfico 2</b> - Caraterização da comunidade de acolhimento inquirida, em relação ao local de residência .....	<b>Pág.58</b>
<b>Gráfico 3</b> - Caraterização da comunidade de acolhimento inquirida, em relação ao nível de escolaridade .....	<b>Pág.59</b>
<b>Gráfico 4</b> - Caraterização da comunidade de acolhimento inquirida, em relação à religião	<b>Pág.59</b>
<b>Gráfico 5</b> - Caraterização da comunidade de acolhimento inquirida, em relação a outras línguas que fala para além do português .....	<b>Pág.60</b>
<b>Gráfico 6</b> - Caraterização do reconhecimento da diversidade cultural como característica fundamental da sociedade portuguesa .....	<b>Pág.60</b>
<b>Gráfico 7</b> - Caraterização da opinião da comunidade de acolhimento inquirida sobre se os/as portugueses/as deveriam fazer mais para aprenderem acerca dos costumes e herança dos grupos étnicos e culturais diferentes neste país .....	<b>Pág.61</b>
<b>Gráfico 8</b> - Caraterização da opinião sobre as pessoas que vêm para Portugal deveriam mudar o seu comportamento para serem mais parecidas connosco .....	<b>Pág.61</b>
<b>Gráfico 9</b> - Caraterização do sentimento de segurança ao estar com pessoas de diferentes grupos étnicos .....	<b>Pág.62</b>
<b>Gráfico 10</b> - Caraterização da opinião se beneficiaremos todos/as do aumento da atividade económica criada pelas pessoas migrantes .....	<b>Pág.63</b>

## ÍNDICE DE ANEXOS

<b>Anexo 1</b> - Adaptação do questionário do “Estudo de diagnóstico de caracterização da população imigrante, identificação dos seus problemas e dos seus contributos para as dinâmicas de desenvolvimento do município” .....	<b>Pág.106</b>
<b>Anexo 2</b> - Questionário sobre a perceção da comunidade de acolhimento relativa ao fenómeno da migração .....	<b>Pág.107</b>
<b>Anexo 3</b> - Matriz de identificação das entidades .....	<b>Pág.108</b>

## **LISTA DE ACRÓNIMOS**

- ACM** Alto Comissariado para as Migrações
- ACT** Autoridade para as Condições do Trabalho
- CLAIM** Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes
- CLAS** Conselho Local de Ação Social
- CLI** Comissão Local para a Interculturalidade
- CNAIM** Centro Nacional de Apoio a Integração de Migrantes
- FAMI** Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração
- GIP** Gabinete de Inserção Profissional
- GNR** Guarda Nacional Republicana
- IEFP** Instituto do Emprego e Formação Profissional
- IMAD** Índice dos Municípios Amigos dos Imigrantes e da Diversidade
- INE** Instituto Nacional de Estatística
- IPB** Instituto Politécnico de Beja
- NAV** Núcleo de Apoio à Vitima
- NPT** Nacional de País Terceiro
- PLA** Português Língua de Acolhimento
- PMIM** Plano Municipal para a Integração de Migrantes
- PSP** Polícia de Segurança Pública
- RIFA** Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo
- SEF** Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
- USLBA** Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo

## ENQUADRAMENTO

Os Censos 2021 evidenciam um crescimento acentuado da população migrante no Concelho de Beja, nos últimos anos. Estas comunidades chegam ao concelho atraídas, maioritariamente, pela necessidade de mão-de-obra das explorações agrícolas. O seu profundo impacto nas dinâmicas locais tem, contudo, gerado um conjunto de novas problemáticas a que se torna necessário dar resposta. A população migrante representa uma enorme riqueza sociocultural para o Concelho de Beja, mas continua a ser das mais vulneráveis e afetadas pela pobreza e a exclusão social e alvo de discriminações de base racial e étnica.

Deparando-se com uma realidade, cada mais expressiva e complexa, o Município identificou a promoção da interculturalidade e a integração das novas comunidades migrantes como prioridades estratégicas no âmbito do Plano de Desenvolvimento Social (PDS), aprovado em abril de 2019, encarando a resposta adequada ao nível do acolhimento e integração da comunidade migrante como um importante contributo para o desenvolvimento local e para o fortalecimento da democracia e das dinâmicas sociais do concelho.

O Plano Municipal para a Integração de Migrantes (PMIM) surge na sequência da candidatura apresentada ao Aviso 83/FAMI/2020 do Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração (FAMI) do Alto Comissariado para as Migrações (ACM) e constitui-se como um documento de política e gestão que incorpora as estratégias de atuação concertadas das diferentes entidades que atuam, a nível local, na área das migrações. Aprovada pelo projeto PT/2020/FAMI/607, a candidatura concorre para a execução do Objetivo Específico 2 – Integração e Migração legal e do Objetivo Nacional 2 – Integração, do FAMI, que têm como prioridades “assegurar o envolvimento de atores locais, públicos e privados, na definição, execução, monitorização e avaliação de planos locais para as migrações, procurando assegurar medidas que promovam a integração multinível dos atuais e novos NPT (Nacionais de Países Terceiros)” e “desenvolver medidas de capacitação das estruturas e dos seus profissionais, promovendo a melhoria contínua dos procedimentos e das respostas implementadas, a formação de profissionais e a validação e disseminação de novos recursos/instrumentos de apoio e de boas práticas” (ACM, 2019).

O PMIM resulta do reconhecimento de que a integração se faz a nível local e surge no enquadramento da Agenda Comum para a Integração de Nacionais de Países Terceiros (COM

(2011) 455 final) que recomenda aos estados-membros que promovam mais políticas de integração ao nível local, melhorem a cooperação entre diferentes níveis de governança (nacional, regional e local) e fomentem a monitorização dos serviços e políticas desenvolvidas nesses diferentes níveis, sinalizando boas práticas. (ACM & Logframe, 2015)

A sua conceção enquadra-se ainda no Eixo 1 – Políticas de Integração de Migrantes do Plano Estratégico para as Migrações 2015-2020, correspondendo à execução da medida 1, direcionada para “a definição de estratégias locais que garantam uma ação concertada das diversas entidades envolvidas na área das migrações, visando a promoção e captação, bem como a integração dos migrantes” (Resolução do Conselho de Ministros nº12-B/2015, 2015), assim como, contribui para os objetivos inscritos no Pacto Global para as Migrações (Resolução do Conselho de Ministros n.º141/2019).

O Plano Municipal para a Integração de Migrantes é coordenado pela Câmara Municipal de Beja, encontrando-se concebido para um 24 meses, com data de conclusão prevista para 31 de dezembro de 2022.

O PMIM constitui-se como a primeira oportunidade de atuação concertada no âmbito do fenómeno migratório e conta com o envolvimento de entidades da Rede Social e de entidades públicas e privadas que intervêm no domínio das migrações.

Tem como **objetivo geral**, implementar uma rede de respostas integrada, articulada e especializada na área da resposta à integração de pessoas nacionais de países terceiros, consubstanciada numa planificação estratégica, transversal e em rede, capaz de garantir, por um lado, a maximização dos recursos e respostas exigentes e, por outro lado, a flexibilidade suficiente para se recriar e adaptar a novos desafios ou mudanças da realidade, numa abordagem dinâmica e inovadora. Potenciar as respostas existentes, capacitar técnicos/as e empregadores/as para estas matérias, promover ações de informação, esclarecimento, capacitação, empoderamento e integração das pessoas migrantes a residir ou a trabalhar no concelho de Beja, informar e sensibilizar a população em geral incluindo as pessoas (i)migrantes, para a igualdade de género, igualdade de oportunidades, cidadania e participação cívica, tolerância e solidariedade, constituem igualmente desafios e metas, que serão aqui evidenciadas.

Os **objetivos específicos** são:

- Contribuir para uma melhor compreensão do fenómeno migratório no concelho de Beja e identificar os recursos existentes e as principais problemáticas e necessidades da comunidade migrante, através da atualização do diagnóstico local;
- Definir e implementar políticas locais para a integração de migrantes no concelho, enquanto fator de desenvolvimento e fortalecimento da democracia e das dinâmicas sociais;
- Capacitar estruturas e profissionais, promovendo a melhoria contínua das respostas existentes;
- Fomentar relações de convivência intercultural, construtivas e transformadoras, com potencial ao nível da mudança social;
- Incrementar o nível de intervenção local na gestão da diversidade em contextos diferenciados, adotando o modelo de valorização da diversidade cultural;
- Potenciar o trabalho em parceria tendo em vista a conceção e implementação de estratégias de proximidade entre pessoas migrantes e a comunidade de acolhimento;
- Reforçar a perspetiva de integração das pessoas migrantes na cultura organizacional das instituições e nas políticas locais, incentivando a disseminação de boas práticas.

13

Os/as **destinatários/as** do PMIM são todos/as quantos residem, trabalham, estudam ou que, de forma direta ou indireta, interagem no concelho de Beja ou seja, as pessoas migrantes, a comunidade de acolhimento, os/as técnicos/as, dirigentes e decisores políticos e, as instituições.

O PMIM de Beja é, pela sua própria natureza, de **âmbito** municipal/local, e tem dois anos de **execução** (2021-2022) - considerando os tempos necessários à implementação das políticas definidas e consolidadas nas diversas medidas de cada área de intervenção identificada.

A **estrutura** do PMIM segue as linhas de orientação do ACM quanto à estrutura deste tipo de planos, estando dividido em três grandes partes: a primeira, onde se estabelece o enquadramento do Plano, identificando a sua relação com as políticas comunitárias e nacionais de migrações, bem como o âmbito, os objetivos, a metodologia e o processo conducente à sua aprovação; a segunda, onde é apresentado o diagnóstico local, organizado em função das áreas temáticas predefinidas pelo ACM, acrescidas da área da Igualdade de

Género; a terceira desenvolve o Plano, elencando os seus objetivos estratégicos, objetivos específicos e as respetivas medidas, seguindo as mesmas áreas de intervenção, determinando ainda a metodologia de monitorização e avaliação do Plano e o modelo de acompanhamento e governação.

## **METODOLOGIA**

A conceção do PMIM de Beja seguiu as orientações do Guia para a Conceção de Planos Municipais para a Integração de Migrantes (ACM & Logframe, 2015), adotando uma abordagem bottom-up e estruturando-se em cinco grandes fases que integram os processos:



**Figura 1** - Identificação das cinco fases do processo de conceção do PMIM

Os pressupostos do PMIM, ao nível do processo participativo, implicaram a mobilização para o debate e para a ação de um conjunto de atores setoriais e territoriais, que foram encarados não apenas como fontes de informação privilegiadas mas como membros ativos na construção de soluções.

Numa primeira fase, a conceção do Plano Municipal para a Integração de Migrantes arrancou com a identificação de um conjunto de stakeholders dentro da Rede Social de Beja, a que se associaram entidades públicas e privadas relevantes para a temática das migrações, tendo sido constituída uma Plataforma de Acompanhamento e Monitorização, representativa das cidadãs e cidadãos do concelho e coordenada por decisoras e decisores políticos.

A estrutura funciona como órgão consultivo e de monitorização das políticas locais, sendo responsável pelo Plano desde a fase de conceção até à sua implementação e avaliação. Pretende-se que as entidades que a constituem sejam agentes efetivos para a mudança, na

base de um processo de desenvolvimento comunitário. A estrutura alargada é composta por 33 entidades, sendo estas:

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE		ACRÓNIMO
1	Agrupamento de Escolas 2	
2	Associação de Agricultores do Sul	ACOS
3	Associação de Olivicultores do Sul	OLIVUM
4	Associação Empresarial do Baixo Alentejo e Litoral	NERBE
5	Associação para a Formação em Reanimação	ALENTO
6	Autoridade para as Condições de Trabalho	ACT
7	Câmara Municipal de Beja	CMB
8	Cáritas Diocesana de Beja	
9	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens	CPCJ
10	EAPN Portugal/Rede Europeia Anti Pobreza   Núcleo Distrital de Beja	EAPN
11	Freguesia de Baleizão	
12	Freguesia de Beringel	
13	Freguesia de Cabeça Gorda	
14	Freguesia de Nossa Senhora das Neves	
15	Freguesia de Santa Clara do Louredo	
16	Freguesia de S. Matias	
17	Guarda Nacional Republica	GNR
18	Instituto de Emprego e Formação Profissional	IEFP
19	Instituto Politécnico de Beja	IPB
20	Instituto Segurança Social, IP - Centro Distrital da Segurança Social de Beja	ISS, IP
21	Núcleo de Estudantes Africanos de Beja	NEAB
22	Polícia de Segurança Pública	PSP
23	Serviço Municipal de Proteção Civil de Beja	PC
24	Solidariedade Imigrante - Associação para a Defesa dos Direitos dos Imigrantes	SOLIM
25	União de Freguesias de Salvada e Quintos	
26	União de Freguesias de Santa Vitória e Mombeja	
27	União de Freguesias de Trigaches e São Brissos	
28	União de Freguesias de Albernoa e Trindade	
29	União de Freguesias de Salvador e Santa Maria da Feira	
30	União de Freguesias de Santiago Maior e São João Batista	
31	Unidade de Saúde Pública	USP
32	Unidade Local de Saúde Baixo Alentejo	ULSBA
33	Representantes das comunidades migrantes	

**Figura 2** - Listagem das entidades que constituem a Plataforma de Acompanhamento e Monitorização

Cabe à Plataforma:

- Participar na conceção, aprovar, monitorizar e avaliar o PMIM;
- Fazer propostas de alteração ao Plano;
- Tirar o melhor partido do fenómeno migratório para o desenvolvimento local da região;
- Discutir temas ligados à temática das migrações no local, em termos de acolhimento e integração;

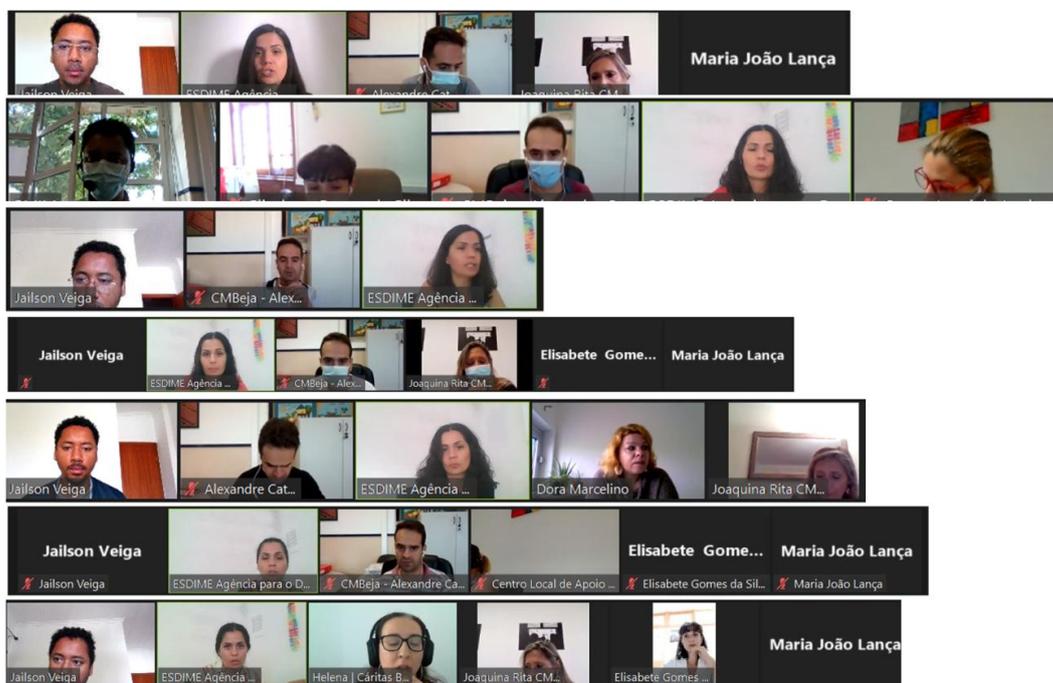
- Garantir a participação das pessoas migrantes nas políticas locais a respeito das migrações, nas diferentes vertentes;
- Promover a articulação junto da parceria, incluindo administração (central e local), instituições, empresas, associações de migrantes, entre outras;
- Potenciar iniciativas facilitadoras da boa execução do Plano, nomeadamente através da mobilização das pessoas singulares e coletivas que sejam fundamentais para a sua concretização;
- Contribuir para uma melhor compreensão do fenómeno migratório ao nível local;
- Assegurar uma melhor correspondência entre necessidades e oferta migratória;
- Contribuir para a divulgação do Plano, e da respetiva implementação, a nível local, seja junto da opinião pública, seja das equipas de profissionais das diferentes organizações públicas e privadas que, de forma direta ou indireta, desenvolvam competências em prol das migrações (ACM & Logframe, 2015).

Por decisão consensual, a Câmara Municipal de Beja, através da equipa técnica do respetivo projeto, representação do Projeto ROSTOS e representação do Projeto CLDS4G, a Cáritas Diocesana de Beja e a ULSBA constituíram o núcleo restrito da Plataforma, compondo a parceria-chave na dinamização do processo de conceção do PMIM.



**Figura 3** - Reuniões de tralho do grupo restrito

Este grupo de trabalho, a partir do momento que foi constituído (julho 2021) reuniu, em média, três vezes por mês via presencial e via online, conforme os objetivos dos trabalhos.



**Figura 4 - Reuniões de trabalho do grupo restrito**

A 18 de maio de 2021 foi realizado, presencialmente, um workshop participativo inicial para apresentação do projeto (apesar do mesmo já ter sido apresentado à rede de parceiros, após a sua aprovação, em reunião realizada online, a 26 de fevereiro de 2021).



**Figura 5 - Workshop participativo inicial da Plataforma de Acompanhamento e Monitorização**

Neste workshop foi aprovada toda a metodologia a adotar no âmbito da conceção do PMIM de Beja pelas entidades presentes que, também, aprovaram a realização de um workshop participativo final com a parceria e de diversos workshops e focus group com as comunidades migrantes e as entidades parceiras, a realizar durante a fase de conceção do Plano.

Os instrumentos de diagnóstico foram também alvo de apreciação e validação das entidades que concordaram com o recurso ao inquérito por questionário às comunidades migrante e de acolhimento no sentido de possibilitar a caracterização das mesmas e, matriz de identificação das entidades e IMAD para melhor conhecimento das entidades e respetivas respostas em matéria de migração.



**Figura 6 - Workshop participativo da Plataforma de Acompanhamento e Monitorização**

A dimensão de diagnóstico do PMIM de Beja incluiu, numa primeira fase, pesquisa e análise documental, com recurso a dados estatísticos disponíveis sobre o fenómeno da migração no concelho, nomeadamente através do INE (com a atualização dos Censos 2021) e da Pordata, e, posteriormente, a realização de um estudo do território com aplicação do Índice dos Municípios Amigos dos Migrantes e da Diversidade (IMAD), de uma matriz de identificação de entidades/stakeholders, do questionário adaptado do “Estudo de diagnóstico de caracterização

da população migrante, identificação dos seus problemas e dos seus contributos para as dinâmicas de desenvolvimento do município” (ACIDI, 2013) e, do questionário sobre a perceção da migração à comunidade de acolhimento.

O preenchimento do IMAD foi efetuado pelo Município de Beja e permitiu mapear os recursos e os serviços disponíveis no território, identificando as necessidades/dificuldades e servindo de base para a definição de estratégias de integração de migrantes.

A matriz de identificação de entidades/stakeholders foi enviada para as entidades que constituem a Plataforma de Acompanhamento e Monitorização do Plano Municipal para a Integração de Migrantes, com identificação das capacidades de atuação, competências, recursos e visões das organizações envolvidas. Aqui, posteriormente foram consideradas outras entidades que não constituem formalmente a plataforma, tais como, o NAV e a Associação Chama d’Arte (constituída recentemente).

Com a aplicação do questionário às comunidades migrantes pretendeu-se caracterizar a população migrante ao nível demográfico, sociogeográfico, económico e cultural, identificando os seus contributos para as dinâmicas do território.

O processo foi facilitado pela rede de contactos já existente e consolidada através do técnico do projeto que já mantém uma relação de proximidade e confiança junto da grande maioria das comunidades e respetivos interlocutores/as que, procedeu à aplicação presencial e individual dos 250 questionários às diferentes comunidades migrantes. A aplicação dos questionários foi, também, assegurada, pela Cáritas Diocesana de Beja e pela técnica do Projeto Rostos que nas suas ações diárias com estas comunidades procederam à recolha da informação.

O processo de aplicação dos questionários permitiu a identificação, junto das várias comunidades, de figuras de referência com competências de mobilização, que assumiram a função de interlocutoras e interlocutores para futuros contactos entre a equipa técnica responsável pela conceção do PMIM e a população migrante.



A aplicação dos questionários no terreno decorreu no período de 18 de maio a 30 de julho, considerando as comunidades residentes nas freguesias urbanas e freguesias rurais. O método utilizado foi através de uma abordagem direta nos locais de habitação dos NPTs, sustentada por conversa informal e descontraída com intuito de facilitar a obtenção das informações e preenchimento do respetivo questionário. Para a aplicação dos questionários no terreno solicitou-se apoio aos NPTs envolvidos no projeto, o que contribuiu para ultrapassar a barreira linguística existente - estes NPTs assumiram o papel de facilitadores no processo de tradução, o que se constatou ser um papel fundamental em todo o processo de aplicação dos questionários à comunidade migrantes.



**Figura 7:** Aplicação de questionários às comunidades migrantes

No âmbito da recolha de informação/questionário de caracterização da comunidade migrante, seguiu-se o agendamento de quatro workshops participativos para identificação das necessidades das diferentes comunidades e recolha de contributos para a definição e priorização de estratégias de integração, numa abordagem participativa com envolvimento e responsabilização da população migrante na construção de soluções.

Em termos metodológicos optou-se pelo agendamento dos workshops em função da nacionalidade/origem e do local de residência das comunidades migrantes, sendo estes conduzidos em inglês para a comunidade asiática (workshop realizado a 29.05.2021), em português para a comunidade venezuelana e com recurso ao crioulo. As sessões decorreram em horário pós laboral e fins-de-semana, para assegurar a mobilização do maior número possível de migrantes residentes no concelho.

Em termos de formato, os workshops incluíram uma apresentação prévia dos objetivos do PMIM, seguindo-se as partilhas e o debate livre, nas quais foram apresentadas, individualmente por cada migrante, as principais problemáticas enfrentadas ao longo do processo de integração, sendo igualmente apontadas potenciais soluções para as mesmas. As partilhas individuais foram depois recolhidas e debatidas em grupo, com priorização das problemáticas identificadas e das soluções apontadas.

O primeiro workshop participativo decorreu a 29 de maio, no Coreto do Jardim Público de Beja, e destinou-se à comunidade asiática, no qual participaram catorze participantes. O segundo workshop decorreu no mesmo dia, mas no período da tarde, onde estiveram presente sete NPTs, da comunidade Africana. O terceiro workshop foi dirigido à comunidade estudantil do ensino superior no dia 5 de junho, no Coreto do Jardim Público de Beja e participaram dez estudantes do IPB. O último workshop realizado no dia 16 de julho, com a comunidade lusófona na freguesia rural de Albernoa uma freguesia rural e contou com a participação de sete migrantes. Os workshops foram projetados e definidos consoante a especificidades de cada comunidade migrante representada no Concelho, tendo em consideração sempre fatores base como: língua, a cultura, a religião.



Figura 8 - Workshop participativo com as comunidades migrantes

Para além dos questionários aplicados à comunidade migrante foram, também, aplicados questionários à comunidade de acolhimento com o objetivo de conhecer a sua perceção face ao fenómeno da migração. Esta aplicação, numa primeira fase, envolveu todas as entidades que participam no processo de conceção do PMIM, para que as mesmas distribuíssem junto dos seus contactos a aplicação online. Aqui procurou-se salvaguardar a aplicação equilibrada de questionários a pessoas residentes nas freguesias rurais e urbanas e, de faixas etárias diferentes. Uma parte dos questionários foi aplicada presencialmente, contando com a colaboração da Cáritas Diocesana de Beja, a ULSBA e o GIP Imigrante (constituído recentemente) que dentro dos seus espaços de ação procederam à sua aplicação. Esta forma de recolha de informação - questionário online - foi morosa e desafiante, atendendo ao tempo definido para o efeito.

<https://oatual.pt> > notícias > caritas-de-beja-faz-question... ▾

## Beja avança com questionário à população sobre Migração | O Atual

Este **questionário** surge no âmbito da elaboração do Plano Municipal para a ... a **perceção da comunidade de acolhimento** em relação ao fenómeno da **migração**.

23



Figura 9 - Divulgação da aplicação de questionário à comunidade de acolhimento

Ainda, no âmbito do processo de diagnóstico, foram realizados três workshops participativos com a Plataforma de Acompanhamento e Monitorização do PMIM de Beja, que decorreram a 27 e 28 de maio e, 02 de junho de 2021, no Centro do Lidador, em Beja.

Com recurso à metodologia de focus group foram tratadas as áreas temáticas que compõem as dimensões do PMIM, designadamente:



**Figura 10:** Apresentação das 14 áreas temáticas de intervenção

As entidades participantes abordaram os temas lançados, aprofundando os mesmos de acordo com os seus domínios de intervenção. Os grupos procederam à identificação de problemáticas e de potenciais respostas, passíveis de ser implementadas no contexto local.



**Figura 11:** Workshop participativo da Plataforma de Acompanhamento e Monitorização

O primeiro workshop com os parceiros da CLI realizou-se no dia 27 de maio e contou com a participação de 13 entidades. Nesse dia as temáticas abordadas foram Serviços de Acolhimento e Integração e Urbanismo e Habitação. O segundo workshop com os parceiros da CLI realizou-se no dia 28 de maio, no Centro Social do Lidador e contou com a participação de 8 entidades. Os temas abordados foram Mercado de Trabalho e Empreendedorismo, Formação e Capacitação e Educação Língua e Cultura. O último workshop com os parceiros da CLI realizou-se no dia 2 de junho, no Centro Social do Lidador e contou com a participação de 12 entidades. Os temas tratados foram Saúde, Solidariedade e Resposta Social.



**Figura 12:** Workshop participativo da Plataforma de Acompanhamento e Monitorização

Como alternativa à indisponibilidade de algumas entidades em participar nestes workshops, forma realizadas reuniões individuais.



Figura 13 - Reuniões individuais com as entidades que constituem a Plataforma de Acompanhamento e Monitorização



Figura 14: Reuniões individuais com as entidades que constituem a Plataforma de Acompanhamento e Monitorização

Os resultados obtidos ao longo de todo o processo de diagnóstico foram depois sistematizados por indicador numa matriz, que serviu de base para a fase de planeamento do PMIM.

### VALIDAÇÃO E APROVAÇÃO

A validação e aprovação do Plano Municipal para a Integração de Migrantes do Concelho de Beja aconteceu em várias fases, durante o processo de conceção do mesmo. Foram várias as formas de validação e aprovação que contribuíram para reforçar a transparência de todo este processo. Numa primeira fase, a proposta de metodologia de conceção do PMIM foi apresentada, validada e aprovada por todas as entidades que compõem a Plataforma de Acompanhamento e Monitorização, numa reunião realizada presencialmente 18 de maio de 2021. Depois ao longo do processo, foram vários os momentos em que as entidades constituintes da Plataforma se posicionaram, validando e aprovando a informação resultante dos diferentes momentos do processo.



**Figura 15** - Reunião da Plataforma de Acompanhamento e Monitorização

O documento foi validado e aprovado em reunião de Câmara Municipal realizada no dia 17 de novembro e, posteriormente apreciado em sede de Conselho Local de Ação Social (CLAS) a **25 de novembro**.

A versão final que aqui se apresenta vai ser objeto de apresentação pública destinada à população, bem como a todas as entidades locais e de âmbito regional e/ou nacional diretamente envolvidas na prossecução do mesmo.

### **CONSTRANGIMENTOS E POTENCIALIDADES À CONCEÇÃO DO PMIM**

Constituindo-se como a primeira oportunidade de atuação concertada no domínio do fenómeno da migração, a conceção do Plano Municipal para a Integração de Migrantes do Concelho de Beja não esteve isenta de *constrangimentos*.

A sazonalidade da atividade agrícola, enquanto principal ocupação laboral das comunidades migrantes fixadas no concelho, contribui em larga escala para a flutuação da população, não existindo, por isso, informação quantitativa ou qualitativa atualizada sobre o fenómeno. A inexistência de dados, associada à limitação temporal para conceção do PMIM, resumida a seis meses, e ao número reduzido de elementos constituintes da equipa técnica, revelou-se um desafio ao longo do processo. Considerou-se, ainda assim, ser imprescindível fazer um levantamento das comunidades migrantes atualmente fixadas no concelho, como forma de enriquecer o diagnóstico e permitir uma eficiente definição de medidas de atuação, tendo sido aplicado o questionário do “Estudo de diagnóstico de caracterização das comunidades migrantes, identificação dos seus problemas e dos seus contributos para as dinâmicas de desenvolvimento do município” (ACIDI, 2013). O processo foi dificultado pela complexidade do documento, que exigiu um preenchimento individual e acompanhado, pela barreira linguística, pela inexistência de mediação cultural a tempo inteiro e pela dificuldade de acesso às principais entidades empregadoras de migrantes, enquanto canal de aproximação às comunidades.

Considerou-se, também, conhecer a perceção (ao momento) da comunidade de acolhimento relativa ao fenómeno da migração, tendo sido aplicado um questionário que apesar de ter curta duração teve que ser arrastado no tempo para se alcançar o número de respostas considerado ajustado para análise e, ainda assim não foi possível chegar à percentagem da amostra inicialmente definida (5%).

A morosidade das respostas por parte das entidades parceiras, devido ao seu elevado volume de trabalho, impossibilitou a utilização desses recursos como forma de identificação de

migrantes e apoio à aplicação dos questionários (2) e, atrasou a caracterização das mesmas pela demora no preenchimento das matrizes. A falta de informação do IMAD também se manifestou como uma dificuldade, nomeadamente à fase de diagnóstico.

A validação e aprovação de informação, no decorrer do processo PMIM, coincidiram com um período de maior volume de trabalho e, depois, com o período de férias grande, fazendo desacelerar o ritmo dos trabalhos, que acabaram por estagnar em período das eleições autárquicas - algumas solicitações de espaços para realização de workshops com as comunidades migrantes ficaram sem efeito.

A, ainda, situação pandémica devido à Covid-19 e às limitações impostas pela mesma - nomeadamente o recurso a espaços públicos e, a constituição dos grupos de participantes que teve que ser em número reduzido, obrigando a multiplicar as abordagens e ao recurso de espaços ao ar livre, para o efeito - constituiu igualmente uma forte limitação ao seu enriquecimento.

Os constrangimentos acima descritos ditam que o diagnóstico local apresentado não se constitua como representativo da população migrante residente no concelho de Beja, não podendo ser generalizado.

Foram identificadas **potencialidades**, durante o processo de conceção do PMIM, que devem ser referidas e valorizadas, nomeadamente a constituição do grupo restrito de trabalho que impulsionou a reflexão e capacidade de análise em relação aos trabalhos desenvolvidos, acrescentando valor aos mesmos.

Foi, também, garantido um processo participativo e regular, no qual as entidades envolvidas foram chamadas a participar em todas as fases da conceção do PMIM, apreciando e validando cada uma delas. Por outro lado, verificou-se o estreitar de relações entre parceiros, através de uma maior proximidade, conseguida no âmbito dos encontros de trabalhos/focus group realizados. Em algumas situações, foi potenciada a capacidade de resposta a determinadas situações/problemas, devido a uma maior articulação que surge como resultado deste processo.



# DIAGNÓSTICO LOCAL

## PERCEÇÃO DA PROPORÇÃO DOS IMIGRANTES NOS RESIDENTES

Portugal é um dos países europeus onde é maior o erro de percepção da proporção de imigrantes no total de residentes no país: segundo dados do Eurobarómetro Especial 469 (2018) os inquiridos de Portugal acreditam que os imigrantes representam cerca de 21 em cada 100 residentes no país, quando na realidade são apenas 6 em cada 100 (erro de percepção de +15pp).



30

## PAÍS MELHOR OU PIOR COM IMIGRAÇÃO?

Portugal está entre os países europeus mais favoráveis quanto à percepção dos efeitos da imigração: segundo dados do Inquérito Social Europeu (entre 2008 e 2018) cada vez mais inquiridos de Portugal acreditam que a imigração torna o país melhor.



Fonte: Oliveira, C. R. (2020), "Imigração e a sua importância: entre percepções e a realidade", Indicadores de Integração de Imigrantes. Relatório Estatístico Anual 2020, Coleção Imigração em Números (C. R. Oliveira, coord.), Observatório das Migrações.

**INFOGRAFIAS DA IMIGRAÇÃO**

**Perceções e factos da imigração em Portugal**

[www.om.acm.gov.pt](http://www.om.acm.gov.pt)

OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES

## DIAGNÓSTICO LOCAL

O diagnóstico local é fundamental no sentido que se sustenta o desenho de futuras decisões estratégicas de intervenção no domínio da migração, permitindo “a caracterização das situações de partida, a deteção de necessidades, a identificação de problemas, a inventariação de recursos e a definição dos pontos fortes e fracos, das oportunidades e ameaças à evolução positiva das situações/contextos” (ACM & Logframe, 2015).

Enquanto base do PMIM de Beja, o diagnóstico local tem como principais objetivos:

- Caracterizar a população migrante ao nível demográfico, sociogeográfico, económico e cultural;
- Identificar os contributos das comunidades migrantes para as dinâmicas demográficas, socioeconómicas e culturais do território;
- Identificar as necessidades da população migrante;
- Indicar dinâmicas e tendências da população migrante com vista à priorização de áreas de atuação;
- Mapear os recursos e serviços existentes no território;
- Conhecer a perceção da comunidade de acolhimento em matéria de migração;
- Fundamentar estratégias e ações que estimulem maiores níveis de integração e que diminuam os problemas que afetam as comunidades migrantes e/ou uma maior interação entre estas e a comunidade de acolhimento.

O diagnóstico local apresentado resulta de um conjunto de ações que visaram a auscultação das principais dimensões que integram o fenómeno da migração no concelho de Beja:



**Figura 16** - Apresentação das 4 dimensões de análise

Este processo de auscultação foi sustentado pela aplicação do questionário do “Estudo de diagnóstico de caracterização da população imigrante, identificação dos seus problemas e dos seus contributos para as dinâmicas de desenvolvimento do município”, pela aplicação do

questionário sobre a perceção do fenómeno da migração da comunidade de acolhimento, da realização de workshops participativos com as comunidades migrantes, e a auscultação dos espaços técnico e institucional, através da realização de workshops participativos (e aplicação da matriz de identificação) com equipas técnicas, dirigentes, decisoras e decisores políticos dos diversos serviços existentes no território.

O processo foi enriquecido pela aplicação do Índice de Municípios Amigos dos Migrantes e da Diversidade (IMAD), pela atualização do diagnóstico local, bem como pela recolha de dados estatísticos atuais disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) e outros fontes locais/regionais.

O diagnóstico local que se apresenta encontra-se, por isso, dividido em quatro partes, correspondendo a primeira às tendências demográficas e fluxos migratórios no território, a segunda à caracterização da população migrante (NPTs) residente no concelho, a terceira à caracterização da perceção da comunidade de acolhimento em relação à migração e, a quarta ao recenseamento de problemas/necessidades, propostas de ação-resposta e recursos disponíveis.

A migração em Portugal é considerada complexa, multifacetada, diversa, marcada por diferentes estruturas sociodemográficas, por motivos e processos migratórios diversos e por variadas formas de perspetivar a integração na comunidade de acolhimento e o projeto migratório. Entre a perenidade cíclica de uma migração sazonal, setorialmente determinada na agricultura, uma migração temporária (ainda que de médio prazo), que caracteriza as crescentes migrações de estudantes e a migração de longa duração típica de migrações laborais - que inclui a migração familiar e uma integração social de longo termo –, há todo um universo migratório distinto a abordar.

Não é possível pensar a migração em Portugal a partir de uma simplificação das suas causas, origens ou características. Na maior parte das vezes, a migração em Portugal é o resultado de processos múltiplos, históricos, económicos e sociais, que, sendo de nível macro ou meso, se singularizam na vida dos migrantes que acolhemos no país.

Portugal registou nos últimos 40 anos diferentes movimentos de entrada que resultam e, simultaneamente, produzem a integração do país em diversos sistemas migratórios. Desde meados da década passada, e em especial após a crise económica de 2008, Portugal assistiu a uma alteração do total e dos perfis de migrantes e/ou de estrangeiros residentes. Se até meados da década passada as principais razões de entrada ou de solicitação de entrada no país, eram, diretamente relacionadas com trabalho (e, sobretudo, para o exercício de uma atividade profissional subordinada), nos últimos anos os fluxos de entrada passaram a estar associados também ao estudo, no ensino superior, (SEF, 2012) e ao reagrupamento familiar (Marques et al., 2014).

Anos	Naturalidade					
	Total	Taxa de variação	Portuguesa	Taxa de variação	Estrangeira	Taxa de variação
2011	19 667	-28,7	11 860	-26,2	7 807	-32,1
2012	14 606	-25,7	9 326	-21,4	5 280	-32,4
2013	17 554	20,2	9 744	4,5	7 809	47,9
2014	19 516	11,2	7 865	-19,3	11 645	49,1
2015	29 896	53,2	12 712	61,6	17 156	47,3
2016	29 925	0,1	11 790	-7,3	18 122	5,6
2017	36 639	22,4	13 830	17,3	22 802	25,8
2018	43 170	17,8	14 570	5,4	28 600	25,4
2019	72 725	68,5	(R) 12 511	(R) -14,1	(R) 60 201	(R) 110,5
2020	67 160	-7,7	13 823	10,5	53 337	-11,4

Tabela 1 - Migrantes permanentes: total e por naturalidade  
Fontes de Dados: INE - Estimativas Anuais de Imigração  
Fonte: PORDATA, 2021

Portugal ultrapassou em 2019 a marca do **meio milhão de residentes estrangeiros**, que passaram a representar quase **6% da população do país**, de acordo com o relatório estatístico anual do Observatório das Migrações (OM, 2020).

“No final de 2018 residiam em Portugal 480.300 cidadãos e cidadãs estrangeiros/as, representando **4,7% do total de residentes no país**, subindo para o valor inédito de 590.348 estrangeiros residentes em 2019, passando a representar 5,7% do total de residentes em Portugal”, refere o relatório, lembrando que entre 2010 e 2015 se tinha registado um decréscimo da população estrangeira residente, pelo que o país atinge “o valor inédito de mais de meio milhão de estrangeiros residentes”.

Os dados foram recolhidos pelo OM e divulgados no Relatório Estatístico Anual - Indicadores de Integração de Imigrantes de 2020, que agrega 312 indicadores obtidos junto de 32 fontes nacionais e 16 internacionais, com referência aos anos de 2018 e 2019, “para assegurar a comparabilidade da informação e melhor identificar tendências na situação dos estrangeiros residentes em Portugal, por comparação aos nacionais”.

“Por outro lado, verifica-se nos últimos anos uma **redução dos inscritos e beneficiários** do Programa de Retorno Voluntário (cerca de cinco vezes menos do que o observado no início da década), confirmando que, passado o contexto de crise económica que afetou o país, os migrantes diminuíram a motivação para sair de Portugal e retornar à origem”, aponta ainda o relatório. Segundo o documento, só em 2019 o saldo migratório em Portugal voltou a conseguir compensar o saldo natural e uma redução da população. Depois de anos em que a diferença entre o total de entradas (imigração) e o total de saídas (emigração) do país não era suficiente **para compensar a quebra populacional** decorrente de morrerem mais pessoas em Portugal do que as que nascem, em 2019 registou-se um saldo total positivo de mais 19.292 pessoas, “graças à imigração”.

Estudantes, reformados e pessoas em situação de reagrupamento familiar são os principais requerentes de vistos de residência em Portugal, sendo que os estudantes representam quase metade dos 5.565 vistos concedidos.

Anos	Sexo					
	Total	Taxa de variação	Masculino	Taxa de variação	Feminino	Taxa de variação
2011	434 708	-1,9	218 170	-2,8	216 538	-0,9
2012	414 610	-4,6	205 385	-5,9	209 225	-3,4
2013	398 268	-3,9	194 309	-5,4	203 959	-2,5
2014	390 113	-2,0	189 463	-2,5	200 650	-1,6
2015	383 759	-1,6	186 570	-1,5	197 189	-1,7
2016	392 969	2,4	190 846	2,3	202 123	2,5
2017	416 682	6,0	203 753	6,8	212 929	5,3
2018	477 472	14,6	236 233	15,9	241 239	13,3
2019	588 976	23,4	295 874	25,2	293 102	21,5
2020	661 607	12,3	335 924	13,5	325 683	11,1

**Tabela 2** - População estrangeira com estatuto legal de residente: total e por sexo  
Fontes de Dados: INE | SEF/MAI - População Estrangeira com Estatuto Legal de Residente  
Fonte: PORDATA, 2021

Anos	Grupos etários												
	Total	Menos de 15	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50-54	55-59	60-64	65 ou mais
2011	19 667	2 153	2 162	3 950	3 369	1 871	1 628	1 199	699	391	457	707	1 081
2012	14 606	1 657	1 238	3 025	2 564	1 296	1 335	1 045	745	390	373	463	475
2013	17 554	2 392	1 506	2 791	3 537	1 626	1 475	945	932	508	429	523	890
2014	19 516	2 395	1 307	2 326	3 358	2 231	1 742	1 464	1 060	860	697	710	1 366
2015	29 896	4 050	2 138	3 724	4 374	3 525	2 840	2 283	1 747	1 442	1 054	999	1 720
2016	29 925	4 071	2 111	3 536	4 207	3 740	2 927	2 097	1 682	1 448	1 101	1 101	1 904
2017	36 639	4 755	2 350	4 200	5 201	4 875	3 853	2 732	2 131	1 723	1 402	1 354	2 063
2018	43 170	5 274	2 852	5 228	6 115	5 548	4 587	3 478	2 620	1 980	1 648	1 597	2 243
2019	72 725	8 793	4 470	8 328	10 648	10 037	8 179	5 830	4 060	3 050	2 772	2 761	3 797
2020	67 160	8 734	4 157	7 656	9 891	9 242	7 389	5 369	3 673	2 763	2 580	2 326	3 380

**Tabela 3** - Migrantes permanentes: total e por grupo etário  
Fontes de Dados: INE - Estimativas Anuais de Imigração  
Fonte: PORDATA, 2021

“Mantendo a tendência de anos anteriores, é relevante identificar que tem ganho importância relativa a concessão de vistos de residência para reformados, que representam nos últimos anos mais do dobro dos vistos para trabalhadores altamente qualificados. Estando Portugal numa situação de acentuado envelhecimento demográfico, importa reconhecer que nem todos os perfis imigratórios poderão aliviar a situação demográfica do país”, alerta o relatório.

Segundo o documento, **“o ano de 2019 também ficou marcado pelo grande incremento de pedidos de proteção internacional a Portugal (1.272 pedidos em 2018 e 1.849 pedidos em 2019), embora no último ano se tenha observado uma diminuição na concessão do estatuto de refugiado (286 em 2018 e 183 em 2019) e de proteção subsidiária (405 em 2018, descendo para 113 em 2019)”**.

No que diz respeito ao mercado de trabalho, Portugal não é exceção à tendência europeia que mostra que os cidadãos e cidadãs estrangeiros/as **têm taxas de atividade superiores às dos cidadãos nacionais**. Portugal ocupa a 4.<sup>a</sup> posição na União Europeia entre os países em que os estrangeiros extracomunitários têm uma mais elevada taxa de atividade, que em 2019 era de 75,9%, mais 17 pontos percentuais em comparação com os portugueses nesse ano.

Segundo o documento, **“o ano de 2019 também ficou marcado pelo grande incremento de pedidos de proteção internacional a Portugal (1.272 pedidos em 2018 e 1.849 pedidos em 2019), embora no último ano se tenha observado uma diminuição na concessão do estatuto**



de refugiado (286 em 2018 e 183 em 2019) e de proteção subsidiária (405 em 2018, descendo para 113 em 2019)”.

No que diz respeito ao mercado de trabalho, Portugal não é exceção à tendência europeia que mostra que os cidadãos estrangeiros **têm taxas de atividade superiores às dos cidadãos e cidadãs nacionais**. Portugal ocupa a 4.ª posição na União Europeia entre os países em que os estrangeiros extracomunitários têm uma mais elevada taxa de atividade, que em 2019 era de 75,9%, mais 17 pontos percentuais em comparação com os portugueses nesse ano.

Estão mais representados em grupos profissionais de base, com empregos no setor hoteleiro e da restauração ou em atividades administrativas e de apoio e têm salários inferiores aos dos/as portuguesas/as.

Anos	Nacionalidade																				
	Total	Europa							África				América		Ásia						
		Total	Espanha	França	Itália	Moldávia	Reino Unido	Roménia	Ucrânia	Total	Angola	Cabo Verde	Guiné-Bissau	Moçambique	S. Tomé e Príncipe	Total	Brasil	Total	China	Índia	Nepal
2011	434 708	177	9 310	5 293	5 338	13 586	17 675	39 312	48 010	103	21 329	43 475	18 131	2 995	10 274	120	111	32 700	16 595	5 316	1 144
2012	414 610	164	9 351	5 201	5 222	11 503	16 649	35 216	44 050	100	19 873	42 388	17 462	2 901	10 174	114	105	34 662	17 186	5 574	1 702
2013	398 268	158	9 541	5 268	5 121	9 968	16 471	34 204	41 074	100	19 967	42 011	17 574	2 825	10 169	100	91 238	37 805	18 445	5 983	2 551
2014	390 113	153	9 692	6 541	5 328	8 458	16 559	31 505	37 809	98 948	19 478	40 563	17 728	2 813	10 028	94 392	85 288	42 492	21 042	6 372	3 543
2015	383 759	155	10 019	8 440	6 130	6 945	17 230	30 523	35 702	93 583	18 088	38 346	16 817	2 787	9 405	89 728	80 515	44 969	20 815	6 852	4 795
2016	392 969	166	11 133	11 293	8 523	6 113	19 384	30 429	34 428	88 157	16 876	36 193	15 306	2 823	8 840	89 462	79 569	48 563	21 953	7 142	5 829
2017	416 682	182	12 526	15 319	12 925	5 207	22 431	30 750	32 420	85 887	16 764	34 706	14 951	2 814	8 478	94 108	83 061	53 552	22 698	7 901	7 435



2018	477 472	202	14 066	19 771	18 862	4 834	26 445	30 908	29 197	89 771	18 310	34 444	15 960	2 999	9 023	117	104	66 941	24 856	11 340	11 487
2019	588 976	230	15 848	23 125	25 408	5 098	34 358	31 065	29 706	102	22 592	37 110	18 780	3 488	10 078	168	150	87 196	27 780	17 584	16 847
2020	661 607	250	16 981	24 935	28 159	5 182	46 238	30 052	28 621	106	24 409	36 466	19 664	3 675	10 646	203	183	100	26 055	24 548	21 013

Tabela 4 - População estrangeira (2011-2020) com estatuto legal de residente: total e por algumas nacionalidades  
Fontes de Dados: INE | SEF/MAI - População Estrangeira com Estatuto Legal de Residente  
Fonte: PORDATA, 2021

“A inserção dos/as estrangeiros/as no mercado de trabalho português continua a não refletir necessariamente as suas qualificações, verificando-se que os **trabalhadores/as estrangeiros/as**, por comparação aos trabalhadores portugueses, têm uma percentagem maior de trabalhadores/as que não usam as suas habilitações nas funções que exercem no mercado de trabalho português: em 2018, 11,4% dos estrangeiros com habilitações superiores (+7,7 pontos percentuais que os trabalhadores nacionais) estavam incorporados nos grupos profissionais da base”, refere o relatório

O documento aponta ainda problemas no acesso à habitação por parte dos cidadãos e cidadãs migrantes, com cerca de 25% dos estrangeiros a residir em casas sobrelotadas e a terem mais dificuldades que os portugueses em comprar uma casa, mas também incertezas sobre as reais condições de acesso aos cuidados de saúde, ainda que os dados conhecidos apontem para uma população migrante com menos problemas de saúde em comparação com os portugueses.

## A COMUNIDADE MIGRANTE

A população estrangeira residente no distrito de Beja voltou a aumentar em 2020, segundo o Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo (RIFA) do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), totalizando 17 095 cidadãos e cidadãs titulares de autorização de residência, mais 15,8 por cento do que em 2019.

Têm-se verificado aumentos mais acentuados nos últimos quatro anos, ainda segundo os dados do SEF, registando 2019 a percentagem mais elevada, de 25,1%. Entre 2015 e 2020, a população estrangeira residente no distrito de Beja quase duplicou.

Para caracterizar a população migrante residente no concelho de Beja recorreu-se ao inquérito por questionário “Estudo de diagnóstico de caracterização da população migrante, identificação dos seus problemas e dos seus contributos para as dinâmicas de desenvolvimento do município” integrado no Diagnóstico da População Imigrante em Portugal – Desafios e Potencialidades (ACM, 2013), tendo sido o mesmo adaptado e aplicado para o efeito, entre maio e agosto de 2021. Este recurso permitiu caracterizar parte da população, tendo sido inquiridas 250 (12,5%) pessoas migrantes das 2000 pessoas migrantes NPTs que se estimam residir no concelho. Por esta razão, não é possível generalizar os resultados obtidos ou apresentar os mesmos como representativos de toda a população estrangeira residente no concelho.

Para além da caracterização do/a inquirido/a (A) foi possível analisar outras dimensões, tais como, a caracterização dos elementos que constituem o agregado familiar co residente (B), a caracterização do alojamento e das condições de habitabilidade (C), a trajetória migratória e elementos complementares de caracterização (D), o processo de integração em Portugal, a perceção sobre situações de discriminação em Portugal (E) e, as relações com o país de origem (F).

### A. CARATERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO MIGRANTE INQUIRIDA

Do total das 250 pessoas inquiridas, **178 são homens e 72 são mulheres** verificando-se, por isso, um maior domínio da população masculina com 71,20% sobre 28,80% da população feminina. No que se refere ao estado civil, a grande maioria da população é solteira (53,2%), seguindo-se a condição de casada com 32,80% e apresenta uma média de idades de 48 anos,

tendo a pessoa mais nova 15 anos (1) e a mais velha 59 anos (2). Toda a população inquirida encontra-se, por isso, em idade ativa, com exceção de uma que é menor de idade.

Os resultados obtidos revelam que na população de NPTS inquirida (250) existem **17 nacionalidades diferentes**, sendo a indiana a que tem maior representatividade com 16,4%, seguindo-se a Guineense (Guiné- Bissau) com 15,6%, a senegalesa com 13,2%, a Cabo Verdiana com 12,4% e, a Brasileira com 11,6%.

TOTAL de 17 PAÍSES/NACIONALIDADES	250 INQUIRIDOS/AS	
	N.º	%
Angola	20	8
Brasil	29	11,6
Cabo Verde	31	12,4
China	4	1,6
Gambia	6	2,4
Gana	2	0,8
Guiné-Bissau	39	15,6
Guiné-Conacri	4	1,6
<b>Índia</b>	<b>41</b>	<b>16,4</b>
Marrocos	3	1,2
Mauritânia	2	0,8
Moçambique	7	2,8
Moldávia	10	4
Nigéria	6	2,4
Paquistão	9	3,6
São Tomé e Príncipe	4	1,6
Senegal	33	13,2

**Tabela 5:** Identificação das nacionalidades inquiridas

Do total da população migrante inquirida verificam-se situações de **chegada a Portugal** desde 2003 a 2021, sendo que 36,8% da população chegou a Portugal em 2019 (situação que reflete a tendência nacional, conforme um relatório do OM que refere que Portugal ultrapassou em 2019 a marca do meio milhão de residentes estrangeiros, que passaram a representar quase 6% da população do país). O ano de 2018 foi o segundo ano mais expressivo, com 17,2% de população a chegar a Portugal. De referir que verifica-se uma diminuição em mais de cinquenta por cento (15,6%) no ano seguinte (2020), possivelmente justificada com o início da situação pandémica da covid-19 e das limitações de circulação (entre outras) que a mesma impôs.

Quando questionados sobre o **primeiro local de residência em Portugal**, a população migrante identifica com forte expressão o concelho de Beja, com 61,6% (154 respostas), seguindo-se o concelho de Lisboa com 20,4% (51 respostas).

Quanto às **habilitações literárias**, os dados revelam que 43,2% da população migrante inquirida tem o ensino secundário completo, sendo que 15,6 possui o grau de licenciatura. A percentagem da população com o 3.º ciclo de ensino é de 14%, havendo 8,4% apenas com o ensino médio/profissional concluído.

Na distribuição por **género**, entre homens e mulheres da população inquirida, são as mulheres (em proporção) que detêm níveis de escolaridade mais elevados, com 26,3% em relação aos homens (11,2%).

No que se refere ao **nível de conhecimento da língua portuguesa** identificado pela população migrante inquirida, verificam-se dados de extremos, ou seja, a maior parte da população (34%) considera ter muito bom nível de conhecimento da língua portuguesa e 22% considera ter um nível fraco da mesma.

O trabalho é claramente identificado como o **principal meio de vida** da população migrante inquirida, seguindo-se a cargo da família com 10,4% (aqui com natural representatividade da comunidade estudantil - 13,6% do total da população inquirida). Aqui verifica-se que 25,7% da comunidade estudantil inquirida vive dependente da sua bolsa de estudo.

SITUAÇÃO FACE AO EMPREGO	N.º	%	REGIME DE TRABALHO	N.º	%	PROFISSÃO	N.º	%
Ativo/a com profissão	204	81,6	Permanente/Regular	192	76,8	Trabalhador/a agrícola	112	44,8
Desempregado/a	8	3,2	Ocasional	2	0,8	Restauração (operadores caixa, distribuidores, empregado/a mesa e vendas)	31	12,4
Estudante	35	14	Sazonal	16	6,4	Empregada limpeza	14	5,6
Invalidez/Doença Permanente	1	0,4	-	-	-	Construção civil (pedreiro, carpinteiro, canalizador)	15	6
Reformado/a	1	0,4	-	-	-	Auxiliar de Lar	10	4
-	-	-	-	-	-	Empresários/as (esteticista,	13	5,2

						cabeleireira, mecânico)		
-	-	-	-	-	-	Assistente de Call-center	8	3,2
Em branco	1	0,4	Em branco	40	16	Em branco	12	4,8
<b>TOTAL</b>	<b>250</b>	<b>100</b>		<b>250</b>	<b>100</b>		<b>250*</b>	<b>100*</b>

\* com 35 (14%) estudantes

**Tabela 6** - Caracterização da população inquirida relativa à situação face ao emprego, regime de trabalho e profissão

Pode-se verificar que relativamente à **situação face ao emprego**, 81,6% da população migrante inquirida são ativos/as com profissão, dos quais 76,8% trabalha em **regime** permanente/regular - dimensão esta caracterizada pelo trabalho agrícola com 112 pessoas (44,8%). Verificam-se ainda, para além do domínio da atividade agrícola, outras profissões integradas na área da restauração com 12,4%. De realçar ainda que 14% estão numa condição de estudante a tempo inteiro.

Face à **situação na profissão**, 77,2% são trabalhadores/as por conta d'outrem e apenas 3,2% são trabalhadores/as por conta própria, sem empregados/as.

No que respeita ao **vínculo contratual** 75,2% da população migrante inquirida tem contrato com termo e apenas 2% tem contrato sem termo. Aqui verificou-se que 22,8% não respondeu a esta questão. Quando questionada sobre o seu **local de trabalho**, 87,2% da população respondeu trabalhar no seu concelho de residência.

Quanto ao **número de pessoas a residir com o inquirido/a** são 32% quem vive apenas com o seu agregado familiar e 68,8% vive com mais pessoas para além do seu agregado familiar. Sendo que 47,6% vive com até 15 pessoas e 20,4% vive com mais de 44 pessoas (aqui encontra-se representada a comunidade migrante estudantil a residir na residência de estudantes).

## B. CARATERIZAÇÃO DO ALOJAMENTO E CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE

As condições de habitabilidade de uma população diz muito sobre os recursos que a mesma dispõe que lhe permitam assegurar as necessárias condições de segurança, conforto, salubridade, privacidade e acessibilidade, vejamos o que caracteriza o alojamento e condições de habitabilidade da população inquirida.

TIPO DE ALOJAMENTO EM QUE RESIDE?	N.º	%
Clássico (apartamento ou moradia)	100	40
Parte de casa (casa partilhada, quarto, etc.)	111	44,4
Barraca, casa rudimentar ou de madeira	0	0
Pensão ou residencial	35	14
Centro de acolhimento	0	0
Móvel (caravana ou outro)	2	0,8
Outro tipo (contentor)	1	0,4
Não responde	1	0,4
<b>TOTAL</b>	<b>250</b>	<b>100</b>

**Tabela 7** - Caracterização do tipo de alojamento em que reside a população inquirida

A população inquirida, quanto ao **tipo de alojamento** em que vive, diz viver, em grande maioria (44,4%), “em parte de casa” - casa partilhada, quarto, etc., quase a par com “apartamento ou moradia” - clássico (40%). Em pensão residencial, vive 14% da população - aqui representada pelas 35 pessoas (14%) que, neste estudo, representam a comunidade estudantil da população migrante do concelho de Beja.

O ALOJAMENTO É...	N.º	%
Arrendado no mercado privado formal	207	82,8
Arrendado no mercado informal (bairro clandestino ou de barracas)	0	0
Público (arrendamento social) (que lhe foi atribuído a si e/ou seu agregado familiar)	0	0
Subarrendado (partes de casa; quartos)	0	0
Próprio (do qual é proprietário/a) - mercado formal	0	0
Próprio (do qual é proprietário/a) - mercado informal/clandestino	3	1,2
Casa de amigos (não paga renda)	1	0,4
Outra situação (especificar)	35	14
Não responde	4	1,6
<b>TOTAL</b>	<b>250</b>	<b>100</b>

**Tabela 8** - Caracterização da condição em que reside a população inquirida

Em relação à **condição em que vive ou reside no alojamento** anteriormente tipificado, a população inquirida identifica, maioritariamente, a condição de arrendamento no mercado privado formal (82,8%), destacando-se a seguir a condição de residência de estudantes (14%) que representa os/as 35 estudantes aqui inquiridos/as.



NÚMERO DE DIVISÕES DO ALOJAMENTO EM QUE VIVE, EXCLUINDO COZINHA E CASA (S) DE BANHO	N.º	%
1	11	4,4
2	89	35,6
3	80	32
4	15	6
5	2	0,8
6	1	0,4
8	14	5,6
9	1	0,4
+30	35	14
Não responde	2	0,8
<b>TOTAL</b>	<b>250</b>	<b>100</b>

**Tabela 9** - Caracterização do número de divisões do alojamento da população inquirida

Quando questionada sobre o **número de divisões do alojamento** em que vive, excluindo cozinha e casa(s) de banho, 35,6% da população inquirida diz que vive com 2 divisões, sendo que 32% vive em 3 divisões.

De referir que, 98,8% da população inquirida não possui casa própria, sendo que 60,5% assume que tenciona comprar casa, mas nunca fez nenhuma diligência nesse sentido e, 23% ainda não pensou no assunto, considera não ter a certeza. Quanto aos 60,5% da população inquirida que tenciona comprar casa, são 53,2% (133) a população que elege o concelho de residência (Beja), para o efeito.

Quanto às **condições do alojamento**, a avaliação foi feita tendo em conta os aspetos abaixo apresentados.

O ALOJAMENTO ONDE HABITA POSSUI...	SIM		NÃO		TOTAL	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Casa de banho completa no interior da habitação	249	99,6	1	0,4	250	100
Abastecimento de água pela rede pública	250	100	0	0	250	100
Água quente	216	86,4	34	13,6	250	100
Aquecimento central ou proveniente de aquecedores móveis	162	64,8	88	35,2	250	100

**Tabela 10** - Caracterização das infraestruturas básicas do alojamento da população inquirida

Como podemos observar, os resultados dizem-nos que a totalidade da população inquirida (250) possui abastecimento de água quente pela rede pública e casa de banho completa no interior da habitação, que inclui instalação de sanita e banho (aqui com exceção de uma única pessoa, que não tem). A água quente chega a 86,4% da população e, no que se refere ao aquecimento central ou proveniente de aquecedores móveis, são 64,8% os que usufruem do mesmo. Estes dois últimos aspetos, revelam-nos que ainda há pessoas que não tem acesso a água quente e aquecimento.

A FAMÍLIA COABITANTE DISPÕE DE...	SIM		NÃO		TOTAL	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Telefone	60	24	190	76	250	100
Telemóvel	249	99,6	1	0,4	250	100
Máquina de lavar loiça	19	7,6	231	92,4	250	100
Máquina de lavar roupa	237	94,8	13	5,2	250	100
Micro-ondas	179	71,6	71	28,4	250	100
Motorizada/Motociclo	9	3,6	241	96,4	250	100
Automóvel	50	20	200	80	250	100
Computador	105	42	145	58	250	100
TV por cabo ou antena parabólica	157	62,8	93	37,2	250	100
Internet em casa (acesso doméstico)	162	64,8	88	35,2	250	100

**Tabela 11** - Caracterização dos meios que a população inquirida dispõe no alojamento

A informação acima descrita permite-nos avaliar os recursos que as famílias, que coabitam com a população inquirida, dispõem. Percebemos, claramente, que a grande maioria (76%) não tem telefone, dando claramente preferência ao telemóvel (99,6%). Apenas 7,6% tem máquina de lavar loiça e, 94,% tem máquina de lavar roupa. Em relação aos transportes próprios, verifica-se que a grande maioria não tem motorizada/motociclo (96,4%) ou automóvel (80%). Por razões óbvias, o mundo digital marca forte presença nestas famílias, sendo que 64,8% tem internet em casa, com acesso doméstico e 62,3% tem TV por cabo ou antena parabólica. No entanto, de realçar que 58% não possui computador.

### C. TRAJETÓRIA MIGRATÓRIA E ELEMENTOS COMPLEMENTARES DE CARATERIZAÇÃO DO ENTREVISTADO/A

Conhecer as trajetórias migratórias é conhecer as dinâmicas territoriais relacionadas com as migrações e, sobretudo as razões que justificam as mesmas.

<b>RAZÃO PORQUE ESCOLHEU PORTUGAL COMO PAÍS DE RESIDÊNCIA?</b>	<b>N.º</b>	<b>%</b>
Conhecimento da língua/proximidade cultural	19	7,2
Ascendência portuguesa/família portuguesa	2	0,8
Facilidade de entrada	30	12
Queria estudar em Portugal/beneficiou de bolsa em Portugal	38	15,2
Reagrupamento familiar	16	6,4
Acompanhar os pais	7	2,8
Queria utilizar o sistema de saúde português/abrigo de acordo de saúde	3	1,2
Teve conhecimento de oportunidades de emprego em Portugal	<b>129</b>	<b>51,6</b>
Outras razões	6	2,4
<i>Investimentos</i>	2	0,8
<i>Facilidade no processo de regularização</i>	2	0,8
<i>Pedido de asilo</i>	2	0,8
<b>TOTAL</b>	<b>250</b>	<b>100</b>

**Tabela 12** - Caracterização da razão porque a população inquirida escolheu Portugal como país de residência

Percebemos claramente que o que leva ao movimento das pessoas tem relação direta com os fatores económicos e com este, naturalmente, as oportunidades de emprego, daí que o conhecimento de oportunidades de emprego em Portugal (51,6%) seja apontada como a razão principal porque é que a população inquirida escolheu Portugal como país de residência.

<b>QUAL FOI A FORMA DE MIGRAÇÃO UTILIZADA PARA CHEGAR A PORTUGAL?</b>	<b>N.º</b>	<b>%</b>
Sozinho/a, utilizando meios próprios ou familiares	<b>206</b>	<b>82,4</b>
Em grupo, utilizando meios próprios ou familiares	3	1,2
Com a família, utilizando meios próprios ou familiares	17	6,8
Sozinho/a, com o auxílio de terceiros	9	3,6
Em grupo, com o auxílio de terceiros	15	6
Recrutamento feito por um empregador português	0	0
Integrado numa empresa que veio desenvolver atividade em Portugal	0	0
9= Não responde	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>250</b>	<b>100</b>

**Tabela 13** - Caracterização da forma de migração utilizada, pela população inquirida, para chegar a Portugal

No que respeita à forma de migração para chegar a Portugal, 82,4% alega ser sozinho/a, utilizando meios próprios e familiares.

A maior parte da população inquirida (66,8) diz ter vindo diretamente para Portugal, sem ter estado noutro país diferente do seu de origem. Foram 33,2% das pessoas inquiridas que vivenciaram outra(s) experiências em outros países, diferentes do seu de origem, antes de se instalarem em Portugal.

PRINCIPAL MOTIVO PORQUE DEIXOU O SEU PAÍS DE ORIGEM...	N.º	%
Motivos económicos/emprego	173	69,2
Reunir-se à família	23	9,2
Acompanhar os pais	3	1,2
Estudar	46	18,4
Motivos políticos	2	0,8
Razões de saúde	2	0,8
Outros motivos	1	0,4
<b>TOTAL</b>	<b>250</b>	<b>100</b>

**Tabela 14** - Caracterização do principal motivo porque a população inquirida deixou o seu país de origem

Em relação aos **motivos** que levaram a população inquirida a deixar o seu país de origem, são apontados vários, no entanto, são os motivos económicos os mais evidenciados (69,2%), seguindo-se os estudos (18,4%).

QUAIS OS PRINCIPAIS (2) MOTIVOS QUE ESTÃO NA ORIGEM DA OPÇÃO PELA RESIDÊNCIA NESTE CONCELHO...	N.º	%
<i>Local onde encontrou emprego</i>	205	82
<i>Boa qualidade do ambiente "natural" (clima, paisagem, etc.)</i>	6	2,4
<i>Boa imagem dos habitantes e do ambiente social</i>	4	1,6
<i>Bons acessos viários/acessibilidade</i>	6	2,4
<i>Local de residência de muitos migrantes provenientes da mesma origem</i>	81	32,4
<i>Proximidade face a familiares ou amigos</i>	83	33,2
<i>Preços mais baixos na habitação</i>	32	18,8
<i>Nível de vida mais acessível</i>	32	18,8
<i>Qualidade mais elevada nas habitações existentes</i>	11	4,4
<i>Pelos serviços e comércio que oferece</i>	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>500</b>	<b>100</b>

**Tabela 15** - Caracterização dos motivos (2) que estão na origem da opção pela residência do concelho da população inquirida

Quanto à opção pelo concelho de Beja, cada pessoa inquirida identificou 2, sendo os motivos local onde encontrou emprego (82%) e proximidade face a familiares ou amigos (33,2%) os mais evidenciados. O local de residência de muitos migrantes provenientes da mesma origem

é também realçado com 32,4%, como um dos motivos que está na origem da opção pela residência neste concelho.

COM QUE DOCUMENTO ENTROU EM PORTUGAL...	N.º	%
Apenas Passaporte (sem qualquer visto)	76	30,4
Visto de “turista”	98	39,2
Visto de trabalho ou equivalente	3	1,2
Visto de estudo ou equivalente	44	17,6
Visto de estada temporária ou equivalente	26	10,4
Outras situações (especificar)	3	1,2
<i>Pedido de asilo</i>	2	0,8
<i>Manifestação de interesse</i>	1	0,4
Não responde	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>250</b>	<b>100</b>

**Tabela 16** - Caracterização do tipo de documentação com que a população inquirida entrou em Portugal

A **entrada em Portugal** é feita, na sua maioria, através de visto de turista (39,2%) e, com apenas passaporte, sem qualquer visto (30,4%). Foram apenas 17,6% da população inquirida que entraram no país com visto de estudo ou equivalente.

Das 250 pessoas inquiridas 56,4% tem a sua **situação regularizada em Portugal** e, a grande maioria (232 pessoas - 96,3%), dos 96,4% (241 pessoas) que não têm nacionalidade portuguesa, pretendem obter a mesma.

Quando questionada sobre o seu **último emprego no país de origem**, a população inquirida identifica áreas profissionais diferentes daquelas que desempenha atualmente em Portugal (consultar tabela em A. Caracterização da população migrante inquirida), tais como, ensino (3,6%), segurança (3,6%), secretariado e administração, supervisão (2,8%), profissões relacionadas com a estética (2,8%), enfermagem (2,4%) e, cozinha (2%).

Em média, cada pessoa inquirida já teve dois empregos diferentes em Portugal. E, no que se refere à forma como obteve o primeiro emprego em Portugal, a população inquirida aponta maioritariamente que foi através de familiares/amigos do mesmo grupo étnico (73,6%), conforme tabela abaixo representada.



COMO OBTVE O PRIMEIRO EMPREGO EM PORTUGAL?	N.º	%
Através de familiares/amigos do mesmo grupo étnico	184	73,6
Através do “recrutador”/“angariador” no país de origem	0	0
Através de patrão português	4	1,6
Através de patrão imigrante da mesma origem étnica	2	0,8
Através de patrão imigrante de outra origem étnica	0	0
Através de amigos/conhecidos portugueses	12	4,8
Resposta a anúncio	15	6
Serviços de emprego	1	0,4
Criação do próprio emprego	6	2,4
Outras formas	0	0
Outro: CLAIM	2	0,8
11= Não responde	24	9,6
<b>TOTAL</b>	<b>250</b>	<b>100</b>

**Tabela 17** - Caracterização do meio como a população inquirida obteve o primeiro emprego em Portugal

#### D. PROCESSO DE INTEGRAÇÃO EM PORTUGAL

Foram 14 os aspetos propostos a serem avaliados pela população inquirida. A mesma avaliou esses mesmos aspetos em três níveis diferentes – nada fácil, difícil e muito difícil – apresentamos os mesmos pela maior percentagem.

COMO VIVE OS SEGUINTE ASPETOS? (ANÁLISE PELA MAIOR PERCENTAGEM)	NADA DIFÍCIL		DIFÍCIL		MUITO DIFÍCIL	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Não conhecer ninguém/solidão	-	-	-	-	71	28,4
Clima	120	48	-	-	-	-
Língua	113	45,2	-	-	-	-
Saúde	224	89,6	-	-	-	-
Regularização/legalização	200	80	-	-	-	-
Obtenção de documentos/burocracia dos serviços portugueses	166	66,4	-	-	-	-
Integração no mercado de trabalho (em termos gerais)	86	34,4	-	-	-	-
Obtenção de profissão correspondente às habilitações e experiência	-	-	112	44,8	-	-
Integração na escola/sucesso escolar	-	-	163	65,2	-	-
Equivalências escolares	-	-	156	62,4	-	-
Habitação (acesso e custo)	-	-	-	-	140	56
Transportes (acesso e custo)	102	40,8	-	-	-	-
Comportamento/atitude dos portugueses (termos gerais)	-	-	79	31,6	-	-
Discriminação/racismo	72	28,8	-	-	-	-

**Tabela 18** - Caracterização da perceção da população inquirida relativa a 14 aspetos relacionados com o seu processo de integração

Como podemos observar, os resultados tendem a ser mais positivos do que negativos, ou seja, a população inquirida considera, na sua maioria, nada difícil aspetos como o clima, a língua, a saúde, a regularização/legalização, assim como, a obtenção de documentos/burocracia dos serviços portugueses. Em contrapartida, considera muito difícil o acesso à habitação e respetivo custo. A obtenção de profissão correspondente às habilitações e experiência, a integração na escola e as equivalências escolas são classificadas no nível intermédio, ou seja, difícil.

Constata-se, ainda, que a maioria da população inquirida (71,6% - 179 pessoas) não tem **carta de condução** e que apenas 3,6% costuma exercer o **direito de voto** nas eleições locais do município. No que diz respeito à **participação associativa**, apenas 4,8% integram uma associação, tendo sido identificado associação do país de origem (5), grupo religioso (2), associação juvenil (4) e grupo desportivo (1).

Quanto às **línguas mais faladas habitualmente em casa**, foram identificadas as seguintes: português com 28,8%, crioulo com 22,8%, uolofe com 15,2%, hindi com 10%, punjabi com 4,4% e moldava com 4%.

FREQUÊNCIA EM CURSO DE LÍNGUA PORTUGUESA	N.º	%
<i>Sim, já frequentei e concluí</i>	11	4,4
<i>Sim, já frequentei e não concluí</i>	10	4
<i>Sim, estou a frequentar neste momento</i>	36	14,4
<i>Não, nunca frequentei porque não tive oportunidade</i>	85	34
<i>Não, nunca frequentei, porque nunca senti necessidade</i>	106	42,4
<i>Não responde</i>	2	0,8
<b>TOTAL</b>	<b>250</b>	<b>100</b>

**Tabela 19** - Caracterização da frequência em curso de língua portuguesa da população inquirida

A maioria da população inquirida diz não ter frequentado um curso de língua portuguesa porque nunca sentiu essa necessidade (42,4%). Mas, no entanto, verifica-se que 34% da população não frequentou porque considera que ainda não teve essa oportunidade. Foram apenas 8,4% da população que já frequentaram um curso de língua portuguesa e, somente 4,4% os que concluíram.

SENTIR-SE BEM INTEGRADO EM PORTUGAL...	NADA IMPORTANTE		MUITO IMPORTANTE	
	N.º	%	N.º	%
Ter família em Portugal	-	-	218	87,2
Ter amigos portugueses	-	-	65	26
Ter os seus filhos na escola	-	-	232	92,8
Falar bem português	-	-	230	92
Estar empregado/a	-	-	233	93,2
Ter os mesmos comportamentos e hábitos culturais do que os portugueses	90	36	-	-
Conseguir comprar uma casa em Portugal	-	-	200	80
Ter carro	-	-	196	78,4
Obter nacionalidade portuguesa	-	-	229	91,6

**Tabela 20** - Caracterização da condição necessária para a população inquirida se sentir bem integrada em Portugal

A população inquirida considera que para se *sentir bem integrada em Portugal*, é muito importante, numa primeira instância, estar empregado/a (93,2%), ter os seus filhos na escola (92,8%), falar bem português (92%), obter nacionalidade portuguesa (91,6%), ter família em Portugal (87,2%), conseguir comprar uma casa (80%) e, ter amigos portugueses (26%). Ter os mesmos comportamentos e hábitos culturais do que os portugueses não é valorizado, sendo que 36% da população inquirida categoriza este aspeto como nada importante.

No que respeita às relações interpessoais, *os/as amigos/os em Portugal* considerados/as pela população inquirida são sobretudo migrantes da mesma nacionalidade (96,4%), seguindo-se os migrantes de outras nacionalidades que são vizinhos (49,6%).

AMIGOS/AS EM PORTUGAL...	N.º	%
Migrantes da mesma nacionalidade	241	96,4
Migrantes de outras nacionalidades que são seus vizinhos	124	49,6
Portugueses/as que conheceu no trabalho	0	0
Portugueses/as que são seus vizinhos	0	0
Portugueses/as que conheceu noutros locais	0	0
Familiares	84	33,6
<b>TOTAL</b>	<b>250</b>	<b>100</b>

**Tabela 21** - Caracterização de quem a população inquirida considera amigos/as em Portugal

Esta questão solicitava a escolha de duas opções, no entanto, algumas pessoas inquiridas escolheu apenas, perfazendo um total de 449 respostas.

Quando questionava a quem recorreria, em primeiro lugar, em **caso de ajuda de emergência**, a população inquirida identificou familiares instalados em Portugal (37,6) e amigos/as migrantes (30,4). De referir que Os serviços públicos portugueses ocupam o terceiro lugar com 15,2% das respostas, seguindo-se os familiares residentes no estrangeiro (11,6).

São muitas as **religiões** representadas pelas 17 nacionalidades da população migrante alvo deste estudo, representando as demais culturas.

A RELIGIÃO...	N.º	%
Sem religião (ateu/agnóstico/a)	25	10
Católica	80	32
Judaica	0	0
Ortodoxa	8	3,2
Islâmica	80	32
Protestante Evangélica	14	5,6
Hindu	25	10
Outra religião	16	6,4
Não responde	2	0,8
<b>TOTAL</b>	<b>250</b>	<b>100</b>

**Tabela 22** - Caraterização da religião da população inquirida

Podemos verificar que a religião católica (32%) e a religião islâmica (32%) são as mais praticadas pela população inquirida. A religião hindu (10%) também aparece com expressão.

AS INSTITUIÇÕES/SERVIÇOS	CONHECE				FREQUENTOU/RECORREU AOS SEUS SERVIÇOS			
	SIM		NÃO		SIM		NÃO	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Câmara Municipal	162	64,8	88	35,2	52	20,8	188	75,2
Junta de Freguesia	238	95,2	12	4,8	229	91,6	21	8,4
CLAIM	192	76,8	58	23,2	142	56,8	108	43,2
SEF	247	98,8	3	1,2	246	98,4	4	1,6
Segurança Social	247	98,8	3	1,2	238	95,2	12	4,8
GNR ou PSP	239	95,6	11	4,4	37	14,8	213	85,2
Repartição de Finanças	238	95,6	12	4,8	232	92,8	18	7,2
Centro de Emprego	175	70	75	30	83	33,2	167	66,8
Centro de saúde	244	97,6	6	2,4	229	91,6	21	8,4
Bancos	248	99,2	2	0,8	245	98	5	2
Transportes públicos	246	98,4	4	1,6	203	81,2	47	18,8
Serviço Táxi	242	96,8	8	3,2	216	86,4	34	13,6
Biblioteca Municipal	221	88,4	29	11,6	175	70	75	30
Escola	233	93,2	17	6,8	90	36	160	64
Universidade	210	84	40	16	55	22	195	78

Associação Local de Migrantes	183	73,2	67	26,8	121	48,4	129	51,6
<b>TOTAL</b>	<b>250</b>	<b>100</b>	<b>250</b>	<b>100</b>	<b>250</b>	<b>100</b>	<b>250</b>	<b>100</b>

**Tabela 23** - Caracterização da relação da população inquirida com as instituições/serviços

A avaliação da **relação da população inquirida com as instituições/serviços** integrava, no questionário aplicado, uma terceira dimensão – “Como avalia o trabalho que aí lhe foi prestado?”, para além da “Conhece” e da “Frequentou/recorreu aos seus serviços”, que não foi aqui analisada pela elevada falta de respostas e pelas incoerências das mesmas. Consideramos como possível justificação, a falta de entendimento da questão. Entretanto nas duas dimensões analisadas verifica-se que a grande maioria, em algumas situações, praticamente a totalidade da população inquirida conhece as instituições/serviços existentes no concelho.

Em relação à questão se já frequentou e/ou recorreu aos serviços dessas mesmas instituições/serviços, a população inquirida refere o SEF, os Bancos, a Segurança Social, a Junta de Freguesia, o Centro de Saúde (em algumas situações entendido como o Hospital) e, o serviço de táxi, como os mais frequentados/utilizados.

O **nível de integração** de determinada comunidade, em qualquer outra comunidade, pode fazer-se depender das diferentes necessidades e culturas assumidas por essas mesmas comunidades, aqui representadas pelas 250 pessoas inquiridas que detêm 17 nacionalidades diferentes.

NÍVEL DE INTEGRAÇÃO EM PORTUGAL	N.º	%
Plenamente/muitíssimo integrado/a	21	8,4
Muito integrado/a	56	22,4
Integrado/a	83	33,2
Pouco integrado/a	86	34,4
Nada integrado/a	3	1,2
Não responde	1	0,4
<b>TOTAL</b>	<b>250</b>	<b>100</b>

**Tabela 24** - Caracterização do nível de integração da população inquirida

A população inquirida considera-se pouco integrada (34,4%) e com valor próximo (33,2%), considera-se integrada. Por outro lado, 22,4% assume-se como muito integrada.

#### E. PERCEÇÃO SOBRE SITUAÇÕES DE DISCRIMINAÇÃO EM PORTUGAL

A perceção das possíveis situações de discriminação vivenciadas, direta ou indiretamente, pela população inquirida é muito importante para o entendimento da sua integração. A maioria população inquirida (65,6%) não se sente discriminada por motivos raciais ou étnicos em Portugal, sendo que 34,4% posiciona de forma contrária, manifestando esta discriminação que se manifesta em diversos contextos da vida do dia-a-dia.

EM QUE SITUAÇÕES JÁ SE SENTIU OU SE SENTE DISCRIMINADO/A?	N.º	%
Num serviço público (Segurança Social, Organização de apoio aos migrantes)	11	9,2
<i>Num Banco/organismo de concessão de crédito</i>	1	0,8
<i>Numa entrevista de emprego</i>	8	6,7
<i>No arrendamento de uma casa/quarto</i>	20	16,8
<i>Nos transportes públicos</i>	9	7,6
<i>Quando utilizou táxis</i>	4	3,4
<i>Quando fazia compras num supermercado ou loja</i>	16	13,4
<i>Num café, restaurante ou serviço similar</i>	10	8,4
<i>No trabalho</i>	27	22,7
<i>Na escola</i>	13	11
<b>TOTAL</b>	<b>119*</b>	<b>100</b>

**Tabela 25** - Caraterização do tipo de situações em que a população inquirida já se sentiu discriminada

Note-se\* que, nesta questão a população inquirida colocou mais do que uma resposta, representando assim mais do que uma situação vivida de discriminação por motivos raciais ou étnicos, perfazendo um total de respostas de 119 (86 pessoas, que correspondem a 34,4%).

Como se pode verificar são as situações em contexto de trabalho (22,7%), no arrendamento de uma casa/quarto (16,8%), de compras num supermercado ou loja (13,4%), são as que mais se evidenciam.

CONSIDERA QUE AS PESSOAS MIGRANTES SÃO DISCRIMINADAS EM PORTUGAL?	N.º	%
Sim, muitas vezes	56	22,4
<b>Sim, algumas vezes</b>	<b>141</b>	<b>56,4</b>
Não	52	20,8
Não responde	1	0,4

TOTAL | 250 | 100

**Tabela 26** - Caracterização da existência de discriminação pela população inquirida

Quando a questão é colocada na terceira pessoa, verifica-se um aumento significativo nas pessoas inquiridas que respondem que consideram que as pessoas migrantes, de uma maneira geral, são discriminadas em Portugal (78,8% - 197 pessoas). Estas respostas dividem-se em dois níveis: sim, algumas vezes (56,4%) e, sim, muitas vezes (22,4).

#### F. RELAÇÕES COM O PAÍS DE ORIGEM

Em relação às relações com o seu país de origem a maioria da população migrante inquirida (67,2%) ainda não teve oportunidade de **regressar ao seu país de origem**, desde que se encontra em Portugal. São 32,8% da população migrante inquirida que já tiveram a oportunidade de regressar. O maior motivo de regresso ao país de origem identificado é o passar férias com 80%, seguindo-se as questões familiares - para tratamento de assuntos, com 9,7%.

FAMILIARES DEPENDENTES NO PAÍS DE ORIGEM	N.º	%	FAMILIARES	N.º	%
Sim	194	77,6	Filhos/as	52	26,8
			Pais/sogros	79	40,7
			Cônjuge	44	22,7
			Irmãos	19	9,8
Não	55	22	-	-	-
Em branco	1	0,4	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>250</b>	<b>100</b>	<b>TOTAL</b>	<b>194</b>	<b>100</b>

54

**Tabela 27** - Caracterização da existência de familiares dependentes no país de origem

Em relação à **família no seu país de origem**, 77,6% da população migrante inquirida tem familiares dependentes nomeadamente filhos (26,8%), pais/sogros (40,7%), cônjuges (22,7%) e irmãos (9,8%).

REGRESSO AO PAÍS DE ORIGEM	N.º	%	MOTIVOS DO REGRESSO	N.º	%
Sim	82	32,8	Passar férias	66	80,4
			Tratar de assuntos familiares	7	8,5
			Acontecimentos familiares	3	3,7
			Negócios	3	3,7
			Levar/trazer bens	2	2,5
			Tratar de documentos	1	1,2

Não	168	67,2	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>250</b>	<b>100</b>		<b>TOTAL</b>	<b>82</b>   <b>100</b>

**Tabela 28** - Caracterização da intenção de regressar ao país de origem e os motivos do regresso

Quando questionada sobre se **pretende trazer familiares do seu país de origem**, 68,40% da população migrante inquirida responde positivamente identificando com bastante relevância os familiares diretos, ou seja, os/as filhos/as e cônjuge, assim como os pais e os sogros.

Ainda em relação à família, a população migrante inquirida tem por hábito regular enviar remessas em dinheiro para o seu país de origem (83,6%), sendo que apenas 16% da população migrante que não o faz.

VALOR MÉDIO MENSAL DAS REMESSAS	N.º	%
Até €50	9	4,25
€50-€100	92	44
€101-€250	96	46
€251-€500	9	4,25
€501-€1000	1	0,5
Mais de €1000	1	0,5
Não responde	1	0,5
<b>TOTAL</b>	<b>209</b>	<b>100</b>

**Tabela 29** - Caracterização do valor médio mensal de remessas (em dinheiro) enviadas pela população inquirida

O **valor médio mensal aproximado das remessas efetuadas**, identificado pela população migrante, situa-se entre €51,00 (cinquenta e um euros) até €250,00 (duzentos e cinquenta euros), com 44% e 46% da população, respetivamente.

RESIDIR PARA OUTRO PAÍS	N.º	%
<b>Sim</b>	86	34,4
<i>Para o país de origem</i>	11	12,8
<i>Para outro país</i>	75	87,2%
Alemanha	10	13,4
Bélgica	5	6,7
Canadá	1	1,3
Dinamarca	1	1,3
Finlândia	1	1,3
França	18	24
Holanda	3	4
Inglaterra	16	21,4
Itália	4	5,3
Luxemburgo	3	4
Malta	1	1,3

Suíça	7	9,4
Turquia	1	1,3
EUA	4	5,3
<b>Não</b>	<b>164</b>	<b>65,6</b>
<b>TOTAL</b>	<b>250</b>	<b>100</b>

**Tabela 30** - Caracterização da pretensão da população inquirida ir residir para outro país

São 65,6% da população migrante inquirida que manifesta intenção em manter a sua residência em Portugal no entanto, 34,4% da população migrante tem outra intenção/vontade, que se divide entre regressar para o seu país de origem e ir para outro país diferente dos quais se destacam outros países europeus como a França (24%), a Inglaterra (21,4%), a Alemanha (13,4%) e a Suíça (9,4%).

## A COMUNIDADE DE ACOLHIMENTO

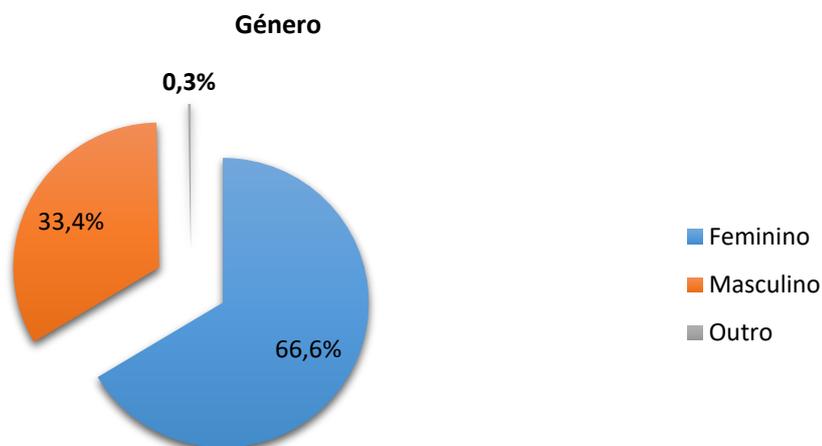
A integração dos migrantes nas comunidades de acolhimento é um processo complexo e multifacetado. Demetrios Papademetriou (2003) define integração como o processo de interação, ajustamento e adaptação mútua entre migrantes e a comunidade de acolhimento, pelo qual ao longo do tempo, as comunidades recém-chegadas e a população do território de chegada formam um todo integrado. Na mesma linha de pensamento, Rinus Penninx (2003), considera a integração como o processo de aceitação dos migrantes pela comunidade que os recebe, como indivíduos e como grupos. Ambos os autores enfatizam a diversidade de intervenientes no processo de integração: migrantes, governos, instituições e comunidades locais.

Neste pressuposto é fundamental conhecer a perceção (a possível) da comunidade de acolhimento relativamente ao fenómeno da migração, peça basilar do processo de integração de qualquer comunidade, nomeadamente da comunidade migrante. Foi aplicado um inquérito por questionário à comunidade do concelho de Beja em dois formatos online e papel (este com apoio na condução da entrevista).

O questionário (em anexo) é constituído por 12 questões, sendo: 7 questões que permitem a caracterização da população inquirida e 5 questões de opinião, relativas à migração. Apesar do objetivo inicial considerar o estudo de 5% da população (comunidade de acolhimento), foram considerados 1238 questionários, que correspondem a 3,7% do total da população do concelho de Beja, ou seja, 33 401 habitantes (INE 2021).

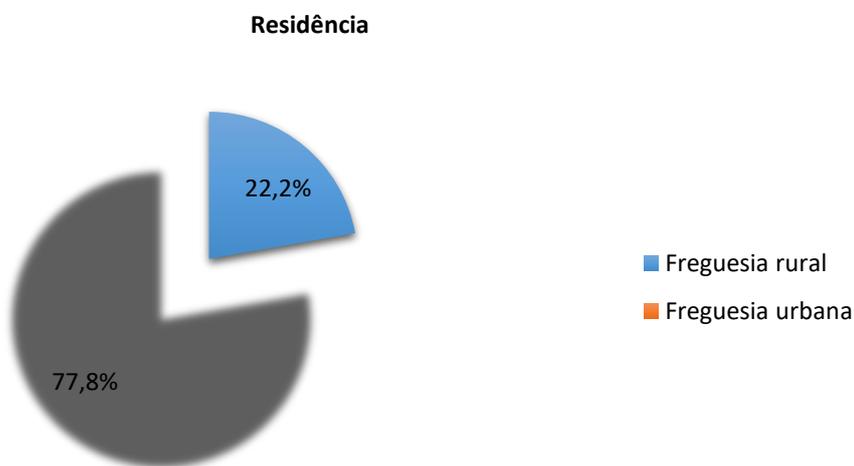
No que respeita à **idade**, a comunidade de acolhimento inquirida (1238) apresenta uma média de idades de 41 anos, tendo a pessoa mais nova 14 anos e a mais velha 90.

Em relação ao **género**, como se observa abaixo, a maioria da população inquirida é do género feminino (66,3%), sendo 33,4% do género masculino e 0,3%, outro.



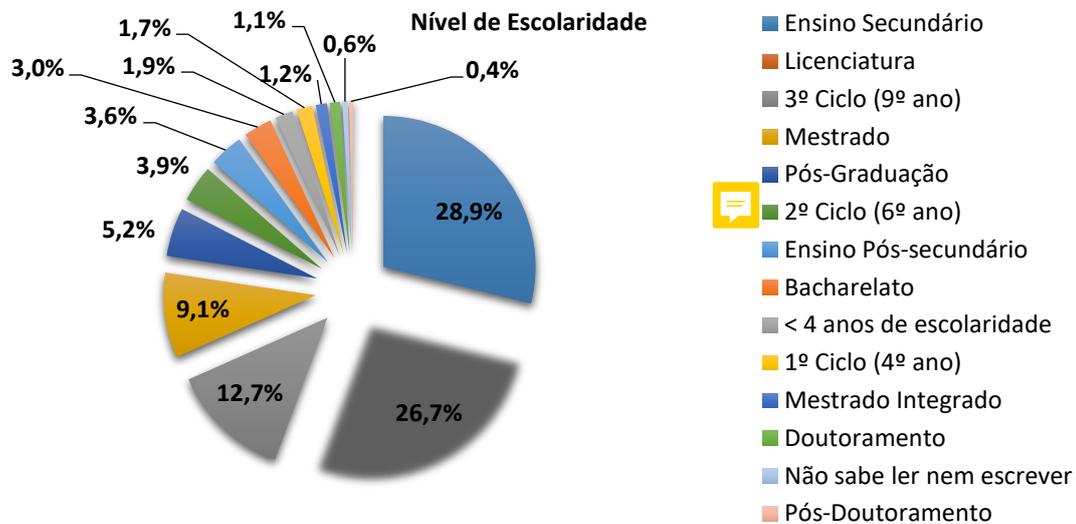
**Gráfico 1** - Caraterização da comunidade de acolhimento inquirida, em relação ao género

Quase toda a população inquirida nasceu em Portugal (95%), havendo apenas 5% que nasceu em um país diferente. O que respeita à **residência**, a população inquirida divide-se entre o urbano e o rural, sendo que 77,8% reside em freguesia rural e 22,2% reside em freguesia urbana.



**Gráfico 2** - Caraterização da comunidade de acolhimento inquirida, em relação ao local de residência

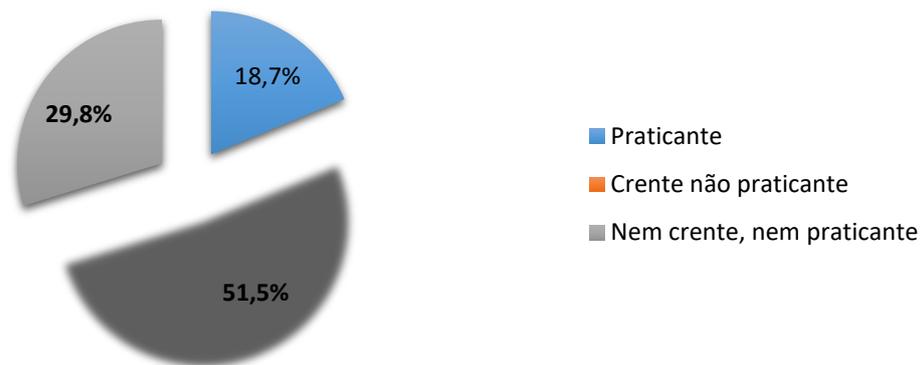
Quanto ao **nível de escolaridade**, verifica-se que 28,9% da população inquirida tem o ensino secundário, seguindo-se o grau de licenciatura com 26,7%. O terceiro ciclo (9.º ano) está representado por 12,7% da população e o grau de mestrado, com 9,1%.



**Gráfico 3** - Caracterização da comunidade de acolhimento inquirida, em relação ao nível de escolaridade

Quanto à relação com a religião, a população inquirida expressa-se, na maioria, como crente não praticante (51,5%). A população não crente, nem praticante de qualquer religião posiciona-se em segundo com 29,8%, sendo a população praticante de alguma religião a minoria, aqui representada, com 18,7%.

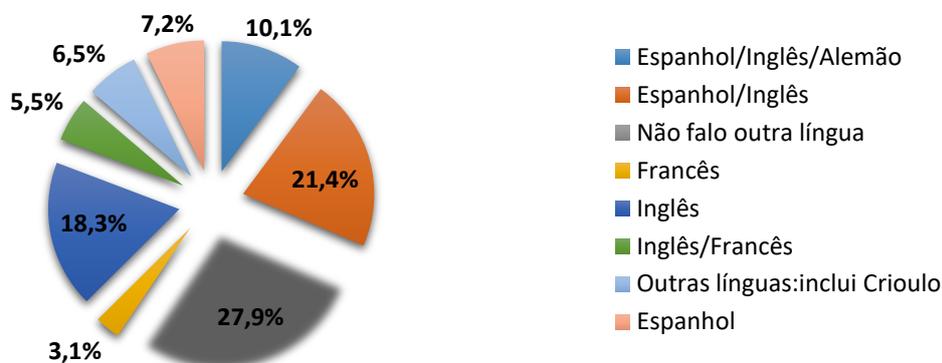
### Religião



**Gráfico 4** - Caracterização da comunidade de acolhimento inquirida, em relação à religião

Como podemos observar abaixo, que 72,1% da população inquirida fala outra língua para além do português. É o espanhol/inglês e o inglês (isolado) que têm mais expressão nesta população, com 21,4% e 18,3%, respetivamente. Esta questão permitia até 3 respostas.

**Fala outra língua para além do português?**

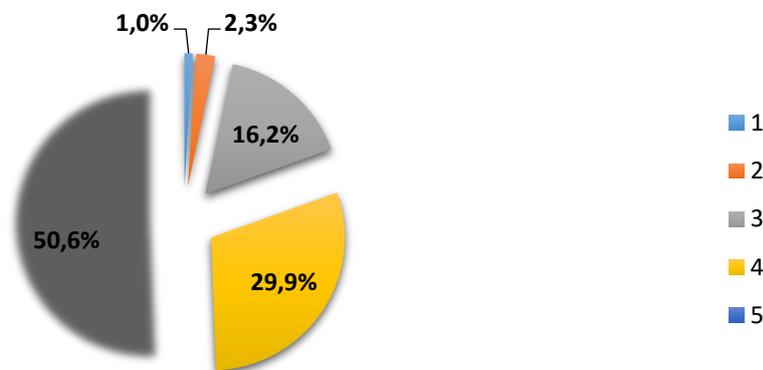


**Gráfico 5** - Caracterização da comunidade de acolhimento inquirida, em relação a outras línguas que fala para além do português

A perceção que temos de determinados fenómenos nem sempre corresponde à realidade. É necessário conhecer dados e factos que nos ajudam a perceber e a descrever melhor alguns fenómenos que são percecionados de forma totalmente oposta. Por exemplo, a relação entre o número de migrantes e a população a nível nacional e até local - as pessoas da comunidade de acolhimento pensam que o número de migrantes é muitas vezes superior ao valor real, contribuindo para que a migração seja vista como um problema.

As questões/afirmações seguintes (5), indutoras de reflexão/posicionamento têm 5 níveis de respostas, sendo o 1 correspondente de desacordo total e o 5, acordo total.

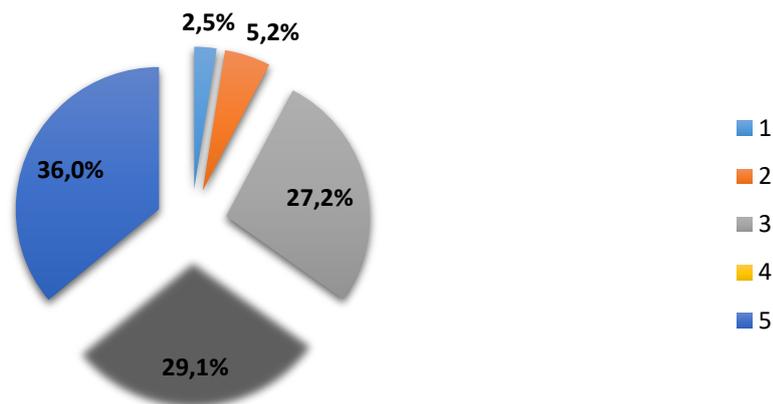
**1. Os/as portugueses/as deveriam reconhecer que a diversidade cultural é uma característica fundamental da sociedade portuguesa**



**Gráfico 6** - Caracterização do reconhecimento da diversidade cultural como característica fundamental da sociedade portuguesa

A população inquirida, em 50,6%, concorda totalmente que os/as portugueses/as deveriam reconhecer que a diversidade cultural é uma característica fundamental da sociedade portuguesa. Com resposta positiva, no nível abaixo, estão 29,9% da população. Apenas 3,3% da população inquirida afirma não concordância.

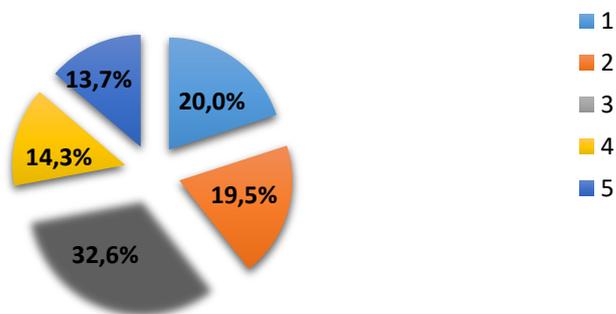
**2. Os/as portugueses/as deveriam fazer mais para aprenderem acerca dos costumes e herança dos grupos étnicos e culturais diferentes neste país**



**Gráfico 7** - Caracterização da opinião sobre se os/as portugueses/as deveriam fazer mais para aprenderem acerca dos costumes e herança dos grupos étnicos e culturais diferentes neste país

Quanto ao facto se os/as portugueses/as deveriam fazer mais para aprenderem acerca dos costumes e herança dos grupos étnicos e culturais diferentes neste país, a maioria da população 36% considera-se em acordo total. De referir que são 27,2% os que se posicionam no nível intermédio, ou seja, não se posicionam e, 7,7% desacordam totalmente com a questão.

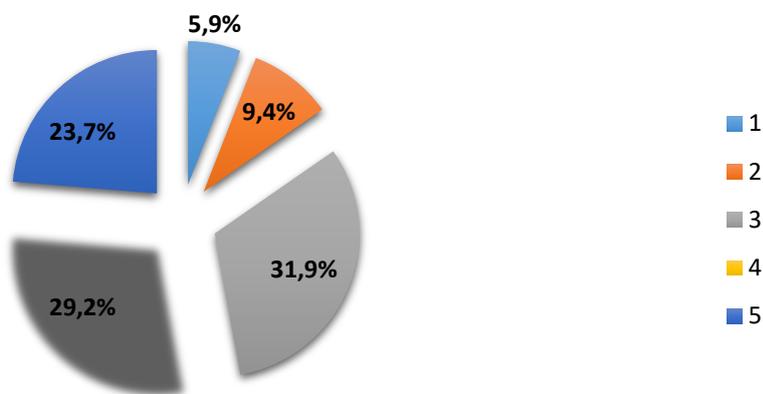
**3. As pessoas que vêm para Portugal deveriam mudar o seu comportamento para serem mais parecidas connosco**



**Gráfico 8** - Caracterização da opinião sobre as pessoas que vêm para Portugal deveriam mudar o seu comportamento para serem mais parecidas connosco

Em relação ao facto se as pessoas que vêm para Portugal deveriam mudar o seu comportamento para serem mais parecidas connosco, o mesmo dividiu a população inquirida pelos 5 níveis de resposta possíveis. Sendo que o nível com mais respostas (32,6%) é o nível intermédio que evita o posicionamento de quem responde. De realçar que 20% da população inquirida considera desacordar na totalidade com este facto e, apenas, 13,7% manifesta-se em total concordância.

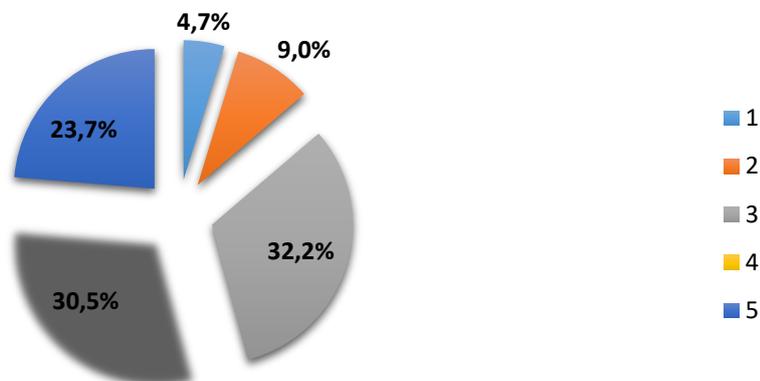
#### 4. Sinto-me seguro/a quando estou com pessoas de diferentes grupos étnico



**Gráfico 9** - Caracterização do sentimento de segurança ao estar com pessoas de diferentes grupos étnicos

A capacidade da aceitação (respeito) das diferenças culturais por parte da comunidade de acolhimento verifica-se pelo sentimento de segurança que a mesma manifesta sentir em relação à outra. A maioria da população inquirida responde positivamente (52,9%), alegando sentir-se segura na presença de diferentes grupos étnico. Ainda que 31,9% da população iniba-se de se posicionar, são 15,3% da população os que ainda não se sentem seguros/as quando estão com diferentes grupos étnicos.

**5. Beneficiaremos todos/as do aumento da atividade económica criada pelas pessoas migrantes**



**Gráfico 10** - Caracterização da opinião se beneficiaremos todos/as do aumento da atividade económica criada pelas pessoas migrantes

A maioria da população (54,2%) considera que beneficiaremos todos/as do aumento da atividade económica criada pelas pessoas migrantes, sendo 13,7% as que manifestam desacordo total. Verifica-se porém, que 32,2% não se posicionou em relação a esta afirmação.

### **RECENSEAMENTO DE PROBLEMAS/NECESSIDADES E PROPOSTAS DE RESPOSTA-AÇÃO**

O recenseamento de problemas e necessidades, tanto das comunidades migrantes como das equipas técnicas que atuam no território, foi efetuado em três momentos distintos: através do Plano de Desenvolvimento Social (PDS) do concelho, realizado em 2019, através de workshops participativos com as várias comunidades migrantes e contacto com a comunidade de acolhimento, através de workshops participativos com a Plataforma de Acompanhamento e Monitorização do Plano Municipal para a Integração de Migrantes e reuniões de trabalho individuais com as entidades. As sessões realizadas permitiram ainda a identificação de propostas de ação para os problemas e necessidades.

O mapeamento dos recursos disponíveis resultou da aplicação do Índice dos Municípios Amigos dos Migrantes e da Diversidade e do preenchimento, por parte das entidades, da matriz de identificação que inscreve uma breve caracterização da ação das mesmas.

### **SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO**

O concelho de Beja dispõe de uma associação, a SOLIDARIEDADE IMIGRANTE - Associação para a Defesa dos Direitos dos Imigrantes - **SOLIM**, que atua no concelho de Beja desde 2001 e tem como principais objetivos o apoio à integração social dos imigrantes que se pretendem fixar na região e/ou nela trabalham sazonalmente. Prioridade à Saúde – sinalização COVID-19; a regularização dos imigrantes em situação ilegal e reagrupamento familiar; o apoio e promoção dos direitos de cidadania, nomeadamente os laborais, com encaminhamento de processos à ACT, Tribunal de Trabalho e Segurança Social. Trabalha, também, no combate ao trabalho escravo, ao tráfico humano, ao racismo e à xenofobia, assim como, na promoção da interculturalidade e do diálogo entre as diversas comunidades.

Existe um **CLAIM** - Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes, desde 2018, coordenado pela Cáritas Diocesana de Beja que tem como missão ir além da informação, apoiando em todo o processo do acolhimento e integração dos migrantes, articulando com as diversas estruturas locais, e promovendo a interculturalidade a nível local. Este serviço presta apoio e informação geral em diversas áreas, tais como, regularização, nacionalidade, reagrupamento familiar, habitação, retorno voluntário, trabalho, saúde, educação, entre outras questões do quotidiano.

SOCIEDADE

## Cáritas de Beja avança com Centro Local de Apoio à Integração do Migrante

A candidatura da Cáritas Diocesana de Beja ao Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração para criação de um CLAIM- Centro Local de Apoio à Integração do Migrante, foi aprovada.



CLAIM  
Cáritas



Figura 17 - Notícia CLAIM

E agora, mais recentemente foi inaugurado uma extensão do **CNAIM** - Centro Nacional de Apoio a Migrantes, que vai permitir aumentar a informação aos imigrantes sobre as condições dignas de trabalho e habitação na região. Este novo espaço vai dar contributos para a aumentara a informação aos imigrantes sobre trabalho digno e sobre habitação digna. Para além disso vai servir de elo de ligação entre os vários serviços já existentes.

65



Figura 18 - Notícia CNAIM

A Câmara Municipal de Beja conta com mais uma resposta de apoio à população imigrante, o Gabinete de Inserção Profissional (**GIP**) Imigrante, que iniciou no passado dia 1 de setembro. O GIP Imigrante está em funcionamento até dezembro de 2023 e tem como principal objetivo o desenvolvimento de atividades destinadas à inserção profissional desta população.

O gabinete resulta de um protocolo com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, o Alto Comissariado para as Migrações (ACM) e a Câmara Municipal de Beja, em parceria com os vários serviços de emprego da região, tendo em consideração a resposta às necessidades específicas da população imigrante do concelho de Beja. Com a criação deste Gabinete, pretende-se assegurar a prevenção de situações de vulnerabilidade e exclusão no acesso ao mercado de trabalho, bem como, a promoção da igualdade de oportunidades.



Figura 19 - Notícia GIP Imigrante



ÁREA TEMÁTICA	PROBLEMAS/NECESSIDADES	PROPOSTA DE RESPOSTA-AÇÃO
1. SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Excesso de burocracia no processo de regularização em território nacional</li> <li>. Demora e ineficácia de resposta do SEF</li> <li>. Falta de coordenação/articulação (informação dispersa e não uniformizada) entre serviços</li> <li>. Não investimento na formação disponível para o pessoal técnico dos vários serviços públicos</li> <li>. Falta de sensibilização dos serviços públicos ao nível dos estereótipos e preconceitos no atendimento a migrantes</li> <li>. Dificuldades de comunicação (não há entendimento das partes)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Promover processos de Advocacy junto do ACM   SEF   Ministérios   Embaixadas</li> <li>. Promover o trabalho em rede e articulado entre instituições públicas, associações e outros parceiros</li> <li>. Promover a e dar importância à participação das pessoas migrantes na construção das políticas</li> <li>. Sistematização de informação (nas diferentes dimensões - kit) adequada e acessível às pessoas migrantes</li> <li>. Humanizar as políticas de acordo com as necessidades das migrantes</li> <li>. Realizar ações de sensibilização, informação e capacitação para: a comunidade de acolhimento e técnicos/as sobre as pessoas migrantes sobre as barreiras linguísticas e a diversidade cultural potenciando a sua aceitação e respeito e para as pessoas migrantes sobre a comunidade de acolhimento (história, património cultural e religioso, comunidade/serviços)</li> <li>. Valorizar a figura de mediação</li> </ul>

**Tabela 31** - Recenseamento de problemas/necessidades e propostas de resposta-ação relativo à área temática “Serviços de acolhimento e Integração”

## URBANISMO E HABITAÇÃO

No diagnóstico local realizado podemos constatar que a maioria da população migrante inquirida vive em parte de casa (casa partilhada, quarto, etc.). O tema da habitação foi muito debatido nos workshops quer pelas entidades, nomeadamente as juntas de freguesia, quer pelas comunidades migrantes naquilo que é o seu acesso dificultado a habitação digna. No âmbito da intervenção nas áreas de urbanismo e habitação, as juntas de freguesia apresentam-se como um recurso fundamental, dada a sua responsabilidade na emissão de atestados de residência.



ÁREA TEMÁTICA	PROBLEMAS/NECESSIDADES	PROPOSTA DE RESPOSTA-AÇÃO
2. Urbanismo e Habitação	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Difícil acesso à habitação, em geral (nomeadamente na sede de concelho)</li> <li>. Barreira da língua, estereótipos e preconceitos dificultam o acesso à habitação digna, por parte das pessoas migrantes</li> <li>. Sobrelotação</li> <li>. Existência de contratos de arrendamento informais, vulnerabilizando a pessoa migrantes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Promover sessões de informação sobre habitação (com Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P.) e os seus procedimentos (inclui o conhecimento dos serviços competentes, das pessoas de referência e dos recursos disponíveis)</li> <li>. Considerar a realidade migrante nos recursos/políticas (locais e nacionais) existentes: Habitação Social, Estratégia Local de Habitação, Porta 65</li> <li>. Regular o alojamento local para combater a especulação imobiliária</li> <li>. Fiscalizar os contratos de arrendamento entre senhorios e migrantes, garantindo a sua legalidade e regularidade</li> <li>. Promover protocolos com a saúde – atestar a salubridade das habitações</li> <li>. Assegurar apoio/aconselhamento jurídico para migrantes, sobretudo para as pessoas em processo de regularização</li> <li>. Definir mecanismos de denúncia que funcionem e protejam os inquilinos e não os senhorios</li> <li>. Realizar ações de sensibilização para a comunidade de acolhimento sobre as pessoas migrantes, as barreiras linguísticas e a aceitação de diferenças</li> </ul>

**Tabela 32** - Recenseamento de problemas/necessidades e propostas de resposta-ação relativo à área temática “Urbanismo e habitação”

#### MERCADO DE TRABALHO E EMPREENDEDORISMO

O concelho de Beja dispõe de Centro de Emprego e Centro de Formação Profissional que tem políticas específicas para as comunidades migrantes, nomeadamente ao nível da formação e apoio ao empreendedorismo. Para além dos serviços públicos existentes, o concelho dispõe, no âmbito da quarta geração do programa CLDS-4G (contrato local de desenvolvimento social) do projeto Desafia.te CLDS 4G. Esta intervenção tem como objetivo promover a inclusão social de grupos populacionais que revelem maiores níveis de fragilidade social num determinado território, mobilizando para o efeito a ação integrada de diversos agentes e recursos localmente disponíveis, constituindo-se como um instrumento de combate à exclusão social fortemente marcado por uma intervenção de proximidade realizada em parceria. A Câmara assume aqui o papel de entidade promotora do mesmo, sendo a Associação Alentejo XXI a entidade coordenadora da parceria local.

O GIP Imigrante, como referido anteriormente, passa a assumir-se como resposta potenciadora de integração, no âmbito do mercado de trabalho e empreendedorismo, da comunidade migrante no concelho.

ÁREA TEMÁTICA	PROBLEMAS/NECESSIDADES	PROPOSTA DE RESPOSTA-AÇÃO
3. MERCADO DE TRABALHO E EMPREENDEDORISMO	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Processo de regularização é moroso e limitativo da inserção no mercado de trabalho</li> <li>. Processo de reconhecimento de competências é moroso e não facilita a empregabilidade</li> <li>. Trabalho informal ou ilegal que podem configurar situações de tráfico humano</li> <li>. Falta de informação sobre direitos laborais, oportunidades formativas e de emprego</li> <li>. Faltam respostas de suporte à família das pessoas migrantes que trabalham, tanto formais como informais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Criar rede local de apoio - criar condições de dinamização local do mercado de trabalho (combate ao trabalho precário e maior responsabilização social)</li> <li>. Maior papel do Município na disponibilização de informação de ofertas formativas e de emprego, estabelecendo a ponte entre entidades empregadores e migrantes</li> <li>. Fiscalizar, com regularidade, empresas prestadoras de serviços</li> <li>. Realizar ações de sensibilização/informação sobre direitos laborais para as pessoas migrantes</li> </ul>

**Tabela 33** - Recenseamento de problemas/necessidades e propostas de resposta-ação relativo à área temática “Mercado de trabalho e empreendedorismo”

### FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO

Os recursos disponíveis são do domínio do Centro de Formação Profissional (IEFP) e do Centro Qualifica promovido pelo Agrupamento de Escolas n.º 2 de Beja que presta informação, orientação e encaminhamento de adultos e jovens em risco de abandono escolar; faz encaminhamento para formação, conclusão do ensino básico Conclusão do ensino secundário e, reconhecimento de competências escolares e profissionais.



ÁREA TEMÁTICA	PROBLEMAS/NECESSIDADES	PROPOSTA DE RESPOSTA-AÇÃO
4. FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Falta de respostas ajustadas aos diferentes níveis de literacia e/ou de escolaridade das pessoas migrantes</li> <li>. Barreiras linguísticas no acesso à oferta formativa (falta do domínio da língua portuguesa)</li> <li>. Barreiras relacionadas com o processo de regularização e obtenção dos documentos legais exigidos à formação certificada</li> <li>. Falta de formação dos/as técnicos/as para as realidades da comunidade migrante (domínio de língua alternativa, ex.: inglês)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Formação de pessoas formadoras e técnicas para uma melhor compreensão das realidades e das histórias específicas das pessoas migrantes como forma de resgatar a sua dignidade e integridade e para terem mais atenção aos seus diferentes níveis de literacia e escolaridade</li> <li>. Realizar ações de aprendizagem de língua portuguesa para a comunidade migrante</li> <li>. Adaptar a formação às identidades e culturas das pessoas migrantes, dando atenção às características destas populações</li> <li>. Na divulgação e acesso à ofertas formativas é importante trabalhar as comunidades co maior proximidade, recorrendo a entidades locais e associativas</li> <li>. Importante trabalhar a capacitação de líderes/mediadores</li> <li>. Importância da existência da informação uniformizada</li> </ul>

**Tabela 34** - Recenseamento de problemas/necessidades e propostas de resposta-ação relativo à área temática “Formação e capacitação”

## EDUCAÇÃO E LÍNGUA

O projeto educativo dos agrupamentos do concelho não contemplam a dimensão da interculturalidade apesar dos muitos alunos e alunas migrantes distribuídos pelas diferentes estruturas escolas do concelho.

ÁREA TEMÁTICA	PROBLEMAS/NECESSIDADES	PROPOSTA DE RESPOSTA-AÇÃO
5. EDUCAÇÃO E LÍNGUA	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Respostas de apoio à aprendizagem desajustadas à realidade das pessoas migrantes</li> <li>. Aprendizagem da língua portuguesa é a principal barreira à integração</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Criar um programa para a aprendizagem do português nas escolas, no início do ano letivo, recorrendo a metodologias formais e informais</li> <li>. Criar cursos de alfabetização e ter em conta os diferentes graus de literacia e/ou escolaridade na oferta de cursos de língua portuguesa</li> <li>. Criar respostas informais e com duração mais curta, ajustada à condição das pessoas migrantes</li> <li>. Na promoção da educação pela cultura, é importante disponibilizar mais espaços para atividades interculturais e diferentes manifestações culturais das comunidades, com partilha de experiências e saberes</li> <li>. Valorizar o papel das Juntas de Freguesia (assegurar a descentralizar das ações)</li> <li>. Potenciar projetos de voluntariado</li> </ul>

**Tabela 35** - Recenseamento de problemas/necessidades e propostas de resposta-ação relativo à área temática “Educação e língua”

## CULTURA

O concelho de Beja tem uma dinâmica cultural que, nos últimos anos, reflete a diversidade cultural que o caracteriza.



**Figura 20** - Atividades interculturais realizadas

Prova disso, são as atividades culturais de promoção à diversidade cultural promovidas nomeadamente pela Câmara Municipal que carecem de maior regularidade e descentralização.



ÁREA TEMÁTICA	PROBLEMAS/NECESSIDADES	PROPOSTA DE RESPOSTA-AÇÃO
6. CULTURA	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Falta de conhecimento da cultura das comunidades migrantes por parte da comunidade de acolhimento</li> <li>. Falta de iniciativas (regulares) de promoção da interculturalidade na comunidade de acolhimento</li> <li>. Falta de divulgação dos eventos culturais das comunidades migrantes</li> <li>. Falta de mediadores socioculturais a atuar, regularmente, no concelho</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Identificar artistas nas comunidades migrantes</li> <li>. Dinamizar atividades desenvolvidas pelas comunidades migrantes nos espaços municipais e através de outro tipo de eventos multiculturais</li> <li>. Criar um portal da diversidade cultural no Município</li> <li>. Criar uma rede de mediadores socioculturais</li> <li>. Criar eventos promotores da interculturalidade de forma descentralizada em todo o concelho</li> <li>. Associação e coletividades do concelho podem ser espaços para eventos interculturais dirigidos a jovens</li> <li>. Recorrer a atividades já existentes para potenciar a promoção de produtos caraterísticos das comunidades migrantes</li> </ul>

**Tabela 36** - Recenseamento de problemas/necessidades e propostas de resposta-ação relativo à área temática “Cultura”

## SAÚDE

Os serviços de saúde disponíveis (hospital e centros de saúde) no concelho encontram-se acessíveis a toda a população, independentemente da nacionalidade ou situação legal no país. Não obstante existirem profissionais de saúde migrantes em exercício de funções, as extensões de Saúde, à semelhança de outros serviços públicos, não dispõem de quaisquer serviços que permitam colmatar a barreira linguística existente com as comunidades.



**Figura 21** - Casa Aberta | Campanha de vacinação Covid19 para as comunidades migrantes

Com a situação pandémica, os serviços de saúde assumiram um papel fulcral na sensibilização das comunidades migrantes às campanhas de vacinação.

ÁREA TEMÁTICA	PROBLEMAS/NECESSIDADES	PROPOSTA DE RESPOSTA-AÇÃO
7. SAÚDE	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Dificuldades de acesso devido à barreira linguística, falta de documentação legal e/ou recursos financeiros e desconhecimento dos procedimentos e direitos por parte das comunidades migrantes</li> <li>. Desconhecimento por parte de profissionais de saúde dos direitos e especificidades das comunidades migrantes</li> <li>. Identificação de (alguns) comportamentos que colocam em risco a saúde pública</li> <li>. Aumento das situações de tuberculose, consumo de substâncias psicoativas (heroína e álcool)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Capacitar as equipas de saúde para a prestação de cuidados às comunidades migrantes, aprendendo a lidar com outros hábitos e sensibilidades</li> <li>. Disponibilizar interpretação através do recurso a mediadores socioculturais nas unidades de saúde</li> <li>. Formar profissionais de saúde na área linguística e sobretudo no conhecimento dos procedimentos e direitos das pessoas migrantes</li> <li>. Valorizar os serviços de saúde</li> <li>. Realizar ações de proximidade às pessoas migrantes, através de sessões/atendimentos (descentralizados) de informação/prevenção nos cuidados de saúde, em geral</li> </ul>

**Tabela 37** - Recenseamento de problemas/necessidades e propostas de resposta-ação relativo à área temática “Saúde”

### SOLIDARIEDADE E RESPOSTA SOCIAL

O concelho de Beja dispõe já de um conjunto de respostas e serviços específicos à comunidade migrante que necessitam de uma maior articulação entre si potenciando a ação de cada um e salvaguardando a sobreposição de intervenções.

ÁREA TEMÁTICA	PROBLEMAS/NECESSIDADES	PROPOSTA DE RESPOSTA-AÇÃO
8. SOLIDARIEDADE E RESPOSTA SOCIAL	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Dificuldade de acesso das pessoas migrantes às respostas sociais a que têm direito pela questão dos códigos culturais e das barreiras linguísticas</li> <li>. Burocracias legais dificultam o acesso de migrantes aos serviços de apoio social, dificultando o processo de integração</li> <li>. Falta de formação do pessoal técnico dos serviços de proteção social para o atendimento</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Importante a mediação e facilitação, através da produção de guias, da tradução da informação, da existência de pessoas e/ou entidades de referência que apoiem a pessoa migrante</li> <li>. Essencial a formação dos/as técnicos/as e ter o perfil adequado para o atendimento à pessoa migrante</li> </ul>

**Tabela 38** - Recenseamento de problemas/necessidades e propostas de resposta-ação relativo à área temática “Solidariedade e resposta social”

## CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO CÍVICA

Verifica-se um desinteresse e uma apatia relativamente à participação cívica e política das comunidades migrantes residentes no concelho.

ÁREA TEMÁTICA	PROBLEMAS/NECESSIDADES	PROPOSTA DE RESPOSTA-AÇÃO
9. CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO CÍVICA	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Barreira linguística e cultural à efetivação da participação cívica e política</li> <li>. Défice de informação e de campanhas sobre direitos cívicos e políticos e o funcionamento do sistema eleitoral</li> <li>. Barreiras relacionadas com dificuldades e morosidade dos processos de regularização</li> <li>. Direitos cívicos e políticos são diferenciados conforme as comunidades de migrantes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Diagnosticar as diferentes necessidades das comunidades migrantes: ter a consciência que os direitos políticos e cívicos são diferenciados conforme as comunidades e que as respostas devem ser diferenciadas</li> <li>. Traduzir documentos e legislação para tornar documentos acessíveis às comunidades migrantes</li> <li>. Consciencializar as pessoas migrantes sobre os seus direitos e mecanismos de defesa</li> <li>. Fazer campanhas e criar mecanismos para fazer chegar às pessoas informação sobre como funciona o sistema eleitoral e sobre outras formas de participação cívica</li> <li>. Capacitar as Juntas de Freguesia para as questões da participação política de migrantes: mais conhecimento da lei e maior capacidade em dar informações fidedignas</li> <li>. Capacitar as associações, a nível de formação e conhecimentos e a nível dos recursos</li> <li>. Ter maior conhecimento das realidades dos migrantes: criação de mediadores que articulem comunidades e serviços públicos</li> <li>. Sensibilizar para o voluntariado – estabelecer parceria com entidades locais que desenvolvam projetos</li> </ul>

**Tabela 39** - Recenseamento de problemas/necessidades e propostas de resposta-ação relativo à área temática “Cidadania e participação cívica”

## MEDIA E SENSIBILIZAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA

Apesar de o concelho não dispor de *media* étnicos de iniciativa local de migrantes ou para migrantes, o fenómeno migratório, a diversidade cultural e a integração de migrantes são temas anualmente abordados em discursos oficiais do executivo da Câmara, na Agenda Cultural e na página de internet do município.



ÁREA TEMÁTICA	PROBLEMAS/NECESSIDADES	PROPOSTA DE RESPOSTA-AÇÃO
10. MEDIA E SENSIBILIZAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Notícias que difundem informação falsa sobre as comunidades migrantes e/ou baseada em preconceitos e estereótipos</li> <li>. Falta de preparação dos/as profissionais dos media em lidar com as realidades socioculturais da população migrante – no sentido da sua valorização</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Dar a conhecer o fenómeno da migração e as diferentes culturas através de ações de capacitação e formação aos profissionais de comunicação</li> <li>. Apoiar a divulgação e promoção de eventos culturais das comunidades migrantes</li> <li>. Realizar um fórum sobre media, migrações e interculturalidade para discutir estas temáticas com profissionais, associações, académicos, etc.</li> </ul>

**Tabela 40** - Recenseamento de problemas/necessidades e propostas de resposta-ação relativo à área temática “Media e Sensibilização da Opinião Pública”

### RACISMO E DISCRIMINAÇÃO

De acordo com os dados fornecidos pelas autoridades do concelho, verificou-se na comunidade de acolhimento, um crescente sentimento de insegurança perante o aumento exponencial do número de migrantes no concelho.

ÁREA TEMÁTICA	PROBLEMAS/NECESSIDADES	PROPOSTA DE RESPOSTA-AÇÃO
11. RACISMO E DISCRIMINAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Manifestação de comportamentos discriminatórios e racistas por parte da comunidade de acolhimento (discurso de ódio)</li> <li>. Discriminação de migrantes no acesso aos serviços públicos, à educação, à habitação e ao emprego, o que contribui para o isolamento social das pessoas migrantes</li> <li>. Falta de informação sobre direitos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Capacitar e formação para a diversidade cultural</li> <li>. Informar as pessoas migrantes dos seus direitos e como e onde podem apresentar queixa</li> <li>. Dar formação a técnicos/as dos serviços públicos</li> <li>. Fomentar o debate público sobre o tema</li> <li>. Valorizar e potenciar o recurso disponibilizado pela CICDR ao nível do tratamento de casos de discriminação e racismo</li> <li>. Potenciar o CNAIM para sinalizar e encaminhar situações discriminação e racismo</li> <li>. Comemorar datas importantes como o dia 21 de março - Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial</li> </ul>

**Tabela 41** - Recenseamento de problemas/necessidades e propostas de resposta-ação relativo à área temática “Racismo e Discriminação”

## RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Apesar da interculturalidade existente no concelho de Beja, o município não dispõe ainda de uma política de cooperação internacional, pelo que não se encontra firmada qualquer relação institucional com os países de origem das principais comunidades migrantes a residir no concelho.

ÁREA TEMÁTICA	PROBLEMAS/NECESSIDADES	PROPOSTA DE RESPOSTA-AÇÃO
12. RELAÇÕES INTERNACIONAIS	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Falta um conhecimento generalizado sobre a história e geografia dos diferentes países de origem das comunidades migrantes presentes no concelho de Beja</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Apoiar a criação de ateliers artísticos para jovens para trazer experiências internacionais</li> <li>. Trazer nacionalidades do mundo à cidade, organizando um calendário comemorativo dos dias nacionais de cada país</li> </ul>

**Tabela 42** - Recenseamento de problemas/necessidades e propostas de resposta-ação relativo à área temática “Relações Internacionais”

## RELIGIÃO

No concelho existe apenas um espaço de culto, o que se considera não estar assegurado a diversidade religiosa existente no território.

ÁREA TEMÁTICA	PROBLEMAS/NECESSIDADES	PROPOSTA DE RESPOSTA-AÇÃO
13. RELIGIÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Falta de conhecimento da comunidade de acolhimento sobre as religiões e as comunidades religiosas, o que alimenta mitos sobre as pessoas migrantes</li> <li>. Ausência de espaços alternativos/apropriados ao culto das diferentes religiões</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Chegar às lideranças religiosas para chegar às comunidades migrantes</li> <li>. Trabalhar a questão religiosa na perspectiva do diálogo e do respeito pela diversidade</li> <li>. Criação de espaço (s) capaz (es) de ser (em) usados pelas diferentes religiões</li> </ul>

**Tabela 43** - Recenseamento de problemas/necessidades e propostas de resposta-ação relativo à área temática “Religião”

## IGUALDADE DE GÉNERO

A introdução de uma perspetiva de género é defendida como essencial para analisar a posição das mulheres migrantes e desenhar políticas que contrariem a sua exploração e abuso. Até porque as mulheres trabalhadoras migrantes frequentemente experienciam formas de discriminação que se intersectam. Nesse sentido, é recomendado aos países de origem e



acolhimento que formulem políticas de igualdade e não discriminação com sensibilidade às questões de género; envolvam ativamente as interessadas na formulação dessas políticas; promovam a pesquisa, recolha e análise de dados que permitam identificar os problemas específicos das mulheres trabalhadoras migrantes.

ÁREA TEMÁTICA	PROBLEMAS/NECESSIDADES	PROPOSTA DE RESPOSTA-AÇÃO
14. IGUALDADE DE GÉNERO	<ul style="list-style-type: none"><li>. Discriminação de género é transversal a mulheres nacionais e migrantes</li><li>. Aos estereótipos de género, acrescem os preconceitos quanto à origem, nacionalidade, etnia, condição económica e diferentes culturas</li><li>. Desqualificação profissional das mulheres – muitas ocupam trabalhos pouco qualificados, mesmo tendo formação superior</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>. Informar e sensibilizar para combater os estereótipos de género associados à migração</li><li>. Apoiar o empreendedorismo de mulheres migrantes para combater a invisibilidade de grupos específicos</li><li>. Ter atenção à interseccionalidade entre género, etnia, cor de pele, classe social – as mulheres migrantes não são todas iguais</li></ul>

**Tabela 44** - Recenseamento de problemas/necessidades e propostas de resposta-ação relativo à área temática “Igualdade de Género”



# PLANO

## REAL PROPORÇÃO DE RESIDENTES ESTRANGEIROS EM PORTUGAL

Portugal continua a estar entre os países europeus com menor importância relativa de imigrantes no total de residentes (20º lugar entre os países da UE28 em 2019): apenas 6 em cada 100 residentes em Portugal são estrangeiros.



## IMIGRAÇÃO: OPORTUNIDADE OU PROBLEMA?



Portugal é um dos países europeus onde é mais expressa a perceção de que a imigração é principalmente uma oportunidade para o país, contrastando com um número cada vez maior de países europeus onde a imigração é percecionada mais como um problema: segundo dados do Eurobarómetro Especial 469 (2018) 32% dos inquiridos de Portugal acreditam que os imigrantes são uma oportunidade para o país, versus 26% que pensam a imigração mais como um problema. Na Grécia (o país mais contrastante), apenas 3% vê a imigração como uma oportunidade, quando 63% tem a perceção de que a imigração é um problema.

Fonte: Oliveira, C. R. (2020), "Imigração e a sua importância: entre perceções e a realidade", Indicadores de Integração de Imigrantes. Relatório Estatístico Anual 2020, Coleção Imigração em Números (C. R. Oliveira, coord.), Observatório das Migrações.

### Perceções e factos da imigração em Portugal

www.om.acm.gov.pt

## PLANO MUNICIPAL PARA INTEGRAÇÃO DE MIGRANTES

O PMIM é um instrumento de planeamento estratégico e de intervenção local na área do acolhimento e da integração de migrantes e da promoção da interculturalidade, tendo em vista reduzir a pobreza e a exclusão socio territorial destas comunidades, combater o racismo e as discriminações de base racial e étnica e reafirmar Beja como uma cidade aberta, plural e multicultural, onde se promove a convivência intercultural e a diversidade étnica e religiosa.

A conceção do PMIM parte de um diagnóstico local das realidades, problemas e necessidades específicas da população migrante e dos recursos existentes em diversas áreas de intervenção. É com base neste levantamento e numa abordagem participativa que são traçados os objetivos estratégicos e operacionais, bem como as medidas e ações a desenvolver no próximo ano na área da integração de migrantes e da interculturalidade.

### DIMENSÃO ESTRATÉGICA

A identificação da dimensão estratégica do plano surge em função das áreas e problemas/necessidades objeto do diagnóstico local. São aqui elencados os objetivos estratégicos, indicadores e estratégias, para o período temporal em questão.

ÁREAS TEMÁTICAS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	INDICADORES	ESTRATÉGIAS
<b>Serviços de Acolhimento e Integração</b>	Reforçar e melhorar o acolhimento e integração da população migrante  Promover rede local de acolhimento e integração de proximidade de migrantes	Nº de NPTs atendidos  Nº de entidades envolvidas em rede local de acolhimento  Nº de novos serviços criados	Avaliação do grau de satisfação da população migrante em relação aos serviços  Trabalho em rede das instituições locais em torno das questões da migração  Reforço da rede de recursos para acolhimento e integração de migrantes
<b>Urbanismo e Habitação</b>	Melhorar as condições (inclui promover o acesso) de habitação da população migrante	Aprovação de políticas locais de habitação  Variação do número de pessoas NPT em alojamentos sobrelotados	Estruturação de novas políticas locais de habitação dirigidas à população migrante  Regulamento Municipal – Disponibilizar respostas municipais de habitação para grupos vulneráveis
<b>Mercado de Trabalho e Empreendedorismo</b>	Melhorar as condições de trabalho e diminuir a precaridade laboral da população migrante	Variação da taxa de empregabilidade de NPTs  Nº de empresas	Aposta no aumento das oportunidades de emprego e na capacitação da população migrante  Concertação das empresas na diminuição



	Promover o empreendedorismo na população migrante	envolvidas Nº de NPT apoiados em atividades empreendedoras	da precaridade associada ao caráter sazonal da atividade agrícola Serviços de apoio à promoção do empreendedorismo na população migrante
<b>Formação e Capacitação</b>	Ajustar as competências da comunidade migrante às necessidades de formação das empresas locais e da população migrantes  Aumentar as competências interculturais dos agentes da comunidade de acolhimento	Nº de empresas e de entidades formadoras envolvidas em definição de planos de ação de formação  Nº NPTs que frequentaram ações de formação/capacitação  Nº NPTs com formação de mediação cultural  Nº de ações de formação/capacitação realizadas Nº de participantes que frequentaram ações de formação/capacitação	Concertação entre empresas e entidades formadoras na definição de planos de formação (adequação dos mesmos aos interesses da população migrante)  Ações que respondam às necessidades dos migrantes  Aposta na formação de mediadores/as interculturais  Aposta em iniciativas de conhecimento intercultural
<b>Educação e Língua</b>	Melhorar as competências da população migrante na língua portuguesa  Promover políticas educativas inclusivas	Nº de NPTs que frequentaram ações de formação formal e informal  Nº de NPTs abrangidos por ações específicas da escola	Ações de formação formal e informal da Língua Portuguesa  Ações específicas na escola, para a população migrante
<b>Cultura</b>	Promover o diálogo e o conhecimento intercultural (inclui a interação entre diversas culturas)  Aumentar a visibilidade da diversidade cultural (no sentido da sua valorização) nas manifestações culturais do Concelho	Nº de ações realizadas	Reforço da oferta cultural que fomenta o diálogo cultural e do apoio às iniciativas culturais com origem na população migrante e das suas associações  Organização de ações interculturais e ações inter-religiosas
<b>Saúde</b>	Promover e facilitar o acesso da população migrante aos cuidados de saúde	Nº de reuniões realizadas com serviços e profissionais de saúde  Nº de NPTs sensibilizados	Ações com serviços de saúde para avaliar dificuldades na prestação de cuidados de saúde à população migrante  Ações de informação e sensibilização (de proximidade) à população migrante sobre literacia de saúde (direitos e deveres)  Aposta na formação de profissionais de saúde sobre multiculturalidade
<b>Solidariedade e Resposta Social</b>	Promover a inclusão	Nº de reuniões realizadas com serviços	Ações com serviços sociais para avaliar a adequação de respostas sociais à



	social e o acesso a apoio social da população migrante	sociais  Nº de NPTs sensibilizados	população migrante  Ações de informação e sensibilização à população migrante sobre os serviços de apoio social disponíveis na comunidade  Aposta no apoio às pessoas migrantes em situação de vulnerabilidade social
<b>Cidadania e Participação Cívica</b>	Reforçar a participação cívica e política das pessoas migrantes (promover o acesso aos direitos de cidadania)	Perceção da população migrante sobre os seus direitos sociais e políticos	Aposta em ações de divulgação sobre os direitos sociais e políticos das pessoas migrantes  Apoio ao tecido associativo migrante
<b>Media e Sensibilização da Opinião Pública</b>	Sensibilizar a comunidade de acolhimento (inclui os profissionais da comunicação) para a interculturalidade e para o combate ao racismo, xenofobia e discriminação (contribuir para o combate de estereótipos e preconceitos)	Nº de ações realizadas	Iniciativas de sensibilização sobre o fenómeno migratório e a interculturalidade na comunidade em geral e em grupos de específicos  Organização de iniciativas interculturais
<b>Racismo e Discriminação</b>	Reforçar o combate ao racismo e à discriminação	Perceção das comunidades migrantes sobre o racismo  Nº de ações realizadas  Nº de participantes nas ações	Aposta em iniciativas de sensibilização sobre o racismo e a discriminação de base racial e étnica, dirigidas à população escolar e à comunidade de acolhimento
<b>Relações Internacionais</b>	Promover o contacto com as embaixadas de países de origem dos migrantes presentes no território	Nº de ações realizadas	Organização de ações institucionais com embaixadas sobre temas diversos: cultura, recursos humanos
<b>Religião</b>	Valorizar a diversidade religiosa existente no Concelho  Fomentar a troca de conhecimento e experiências na área das migrações e da interculturalidade a nível internacional	Nº de ações realizadas  Nº de participantes nas ações	Organização de ações inter-religiosas
<b>Igualdade de Género</b>	Informar e sensibilizar as comunidades migrantes sobre todas as matérias de igualdade de género	Nº de ações realizadas  Nº de participantes nas ações	Envolvimento de todas as entidades do concelho (nomeadamente as escolas) na promoção de ações de informação/sensibilização/capacitação sobre igualdade de género

Tabela 45 - Tabela resumo da dimensão estratégica

## DIMENSÃO OPERACIONAL

As orientações estratégicas do PMIM para o acolhimento e integração de migrantes e a promoção da interculturalidade operacionalizam-se através da definição de objetivos específicos e da sua tradução em medidas de ação e respetivas metas, indicadores e responsáveis. A construção da dimensão operacional do Plano parte de uma leitura do diagnóstico local e dos contributos resultantes da abordagem participativa do Plano (ver Metodologia), tendo em vista concretizar respostas eficazes às problemáticas sentidas pelas comunidades migrantes no concelho de Beja e considerando a capacidade de intervenção do município e das entidades parceiras neste domínio.

De seguida identificam-se as medidas e as respetivas metas, indicadores e responsáveis de cada uma das 14 áreas temáticas inscritas neste plano. No total são 40, as medidas propostas.

1. Serviços de acolhimento e Integração						
Objetivos estratégicos	Objetivos específicos	Medidas	Níveis	Metas	Indicadores	Responsáveis
Reforçar e melhorar o acolhimento e integração da comunidade migrante	Melhorar os serviços prestados à comunidade migrante	1. Dinamização de GIP Imigrante	1	100% NPTs atendidos	N.º de atendimentos realizados N.º de NPTs atendidos	GIP Imigrante Município PMIM IEFP
		2. CLAIM	1	100% NPTs atendidos	N.º de atendimentos realizados N.º de NPTs atendidos	CLAIM Cáritas
		3. Mediação Cultural	1	1 Curso realizado	N.º de cursos N.º de participantes	Município PMIM
	Capacitar a pessoa migrante no seu processo de acolhimento e integração	4. Realização de sessões de informação sobre direitos e deveres	2	8 Sessões de informação realizadas	N.º de sessões de informação realizadas N.º de NPTs participantes	Município PMIM Seg. Social SEF ACT
		5. Conceção e distribuição de mini-book de Acolhimento Local	2	2000 Exemplares distribuídos	N.º de exemplares distribuídos	Município PMIM
Promover rede local de acolhimento e integração de proximidade à comunidade migrante	Potenciar uma estreita articulação entre as entidades com ação direta em matéria de migração	6. Dinamizar a parceria local	1	25 Entidades envolvidas	N.º de entidades envolvidas N.º de ações concertadas	Município PMIM

82

**Tabela 46** - Tabela resumo da dimensão operacional da área de intervenção “Serviços de acolhimento e Integração”

## 2. Urbanismo e Habitação

Objetivos estratégicos	Objetivos específicos	Medidas	Níveis	Metas	Indicadores	Responsáveis
Melhorar as condições (inclui promover o acesso) de habitação da comunidade migrante	Informar e capacitar a comunidade migrante sobre os apoios disponíveis à habitação	7. Realização de sessões de esclarecimento sobre os apoios/respostas existentes em matéria de habitação	2	2 Sessões realizadas	N.º de sessões/ações realizadas N.º de NPTs participantes	Município PMIM
	Desenhar novas políticas locais de habitação	8. Constituição de grupo de trabalho	1	10 Entidades envolvidas	Criação do de grupo de trabalho N.º de reuniões realizadas	Município PMIM

**Tabela 47** - Tabela resumo da dimensão operacional da área de intervenção “Urbanismo e habitação”

## 3. Mercado de Trabalho e Empreendedorismo

Objetivos estratégicos	Objetivos específicos	Medidas	Níveis	Metas	Indicadores	Responsáveis
Melhorar as condições de trabalho e diminuir a precaridade laboral da comunidade migrante	Promover a responsabilidade social do tecido empresarial	9. Reforço do trabalho em rede entre entidades que trabalham com migrantes e entidades empregadoras	1	15 Entidades envolvidas	N.º de reuniões/contactos N.º de entidades envolvidas	IEFP GIP Imigrante ACT Município PMIM
	Promover o conhecimento da legislação laboral para combater a precaridade laboral e as situações de risco e vulnerabilidade no trabalho	10. Realização de sessões informativas sobre direitos laborais	2	4 Sessões realizadas	N.º de sessões realizadas N.º de NPTs participantes	ACT GIP Imigrante Município PMIM
		11. Distribuição de folheto informativo sobre direitos laborais, destinado à comunidade migrante	2	1500 Exemplares distribuídos	N.º de folhetos distribuídos	Município PMIM ACT GIP Imigrante
Promover o empreendedorismo na comunidade migrante	Promover uma cultura/dinâmica empreendedora na comunidade migrante	12. Realização de ações de formação na área do empreendedorismo migrante	2	2 Ações de capacitação realizadas	N.º de ações de formação realizadas N.º de NPTs apoiados em atividades empreendedoras	GIP Imigrante IEFP Município PMIM

**Tabela 48** - Tabela resumo da dimensão operacional da área de intervenção “Mercado de trabalho e empreendedorismo”

## 4. Formação e Capacitação

Objetivos estratégicos	Objetivos específicos	Medidas	Níveis	Metas	Indicadores	Responsáveis
Ajustar as competências da comunidade migrante às necessidades de formação das empresas locais e da comunidade migrante	Realizar ações de formação e capacitação que respondam às necessidades e interesses da comunidade migrante	13. Definição de planos integrados de formação envolvendo as empresas e as entidades formadoras	2	2 Ações de formação realizadas	Nº de empresas e de entidades formadoras envolvidas em definição de planos de formação Nº NPTs que frequentaram ações de formação/capacitação Nº de ações de formação/capacitação realizadas	IEFP Agrupamento Escolas n.2 (CQ) Município/PMIM



	Contribuir para eliminar os constrangimentos no processo de reconhecimento das competências	14. Elaboração de guião orientador com recomendações	2	1 Guião orientador do processo de reconhecimento das competências	Ata da validação do documento	IEFP Agrupamento Escolas n.2 (CQ) Município/PMIM
Aumentar as competências interculturais dos agentes da comunidade de acolhimento	Reforçar as competências ao nível do desenvolvimento pessoal, relacional, intercultural e empreendedor através da interação humana	15. Realização de ações de capacitação multidimensional	2	4 Ações realizadas	N.º de ações realizadas N.º de NPTs	Município/PMIM

**Tabela 49** - Tabela resumo da dimensão operacional da área de intervenção “Formação e capacitação”

**5. Educação e Língua**

Objetivos estratégicos	Objetivos específicos	Medidas	Níveis	Metas	Indicadores	Responsáveis
Melhorar as competências da comunidade migrante na língua portuguesa	Aumentar e consolidar os níveis de conhecimento da língua portuguesa das pessoas migrantes	16. Promoção de cursos de aprendizagem de língua portuguesa com vista à certificação final	1	2 Cursos realizados	N.º de cursos realizados N.º de NPTs	IEFP Agrupamento Escolas n.2 (CQ) Município/PMIM
		17. Apoio em ações de alfabetização e iniciação à língua portuguesa	1	1 Ação realizada	N.º de ações realizadas N.º de NPTs	IEFP Agrupamento Escolas n.2 (CQ) Município/PMIM
Promover políticas educativas inclusivas	Promover a educação para os direitos humanos, a não discriminação e o diálogo intercultural em contexto escolar	18. Realização da semana da interculturalidade nas escolas com os/as alunos/as	2	15 Atividades realizadas 12 Entidades envolvidas 25 NPTs participantes	Nº de atividades realizadas N.º de entidades envolvidas N.º de NPTs	CLDS 4G Escolas do Concelho Município/PMIM
		19. Realização de ações de formação dirigidas a docentes e pessoal auxiliar	2	1 Ação realizada 20 Participantes	Nº. de participantes N.º de ações realizadas	Município/PMIM

**Tabela 50** - Tabela resumo da dimensão operacional da área de intervenção “Educação e língua”

**6. Cultura**

Objetivos estratégicos	Objetivos específicos	Medidas	Níveis	Metas	Indicadores	Responsáveis
Promover o diálogo e o conhecimento intercultural (inclui a interação entre diversas culturas)	Promover a integração de migrantes através de iniciativas culturais regulares (definidas, também, em conjunto com as entidades que constituem a CLI)	20. Preparação para a criação de um espaço intercultural e de pertença, integrador da comunidade migrante NPT	2	1 Espaço cultural preparado	N.º de atividades realizadas N.º de NPT's participantes	Município/PMIM CLI
Aumentar a visibilidade da diversidade cultural		21. Realização do mês da Interculturalidade pelo concelho	2	10 Atividades interculturais realizadas	N.º de atividades realizadas N.º de entidades	Município/PMIM

(no sentido da sua valorização) nas manifestações culturais do Concelho				20 Entidades envolvidas 200 NPTs participantes	envolvidas N.º de NPT's participantes
---	--	--	--	---	--

**Tabela 51** - Tabela resumo da dimensão operacional da área de intervenção “Cultura”

7. Saúde						
Objetivos estratégicos	Objetivos específicos	Medidas	Níveis	Metas	Indicadores	Responsáveis
Promover e facilitar o acesso da comunidade migrante aos cuidados de saúde	Potenciar a literacia de saúde junto da comunidade migrante	22. Promoção de ações de informação e sensibilização sobre literacia de saúde (direitos e deveres), à comunidade migrante	1	5 Ações de divulgação dos serviços de saúde nacionais e protocolos internacionais	N.º de ações realizadas N.º de panfletos concebidos e distribuídos N.º de NPTs participantes	ULSBA Município/PMIM CLI
				5 Ações de informação sobre direitos e deveres na saúde	N.º de ações realizadas N.º de NPTs participantes	ULSBA Município/PMIM
	Melhorar a resposta do/as profissionais de saúde às necessidades específicas da comunidade migrante	23. Promoção de ações de formação para profissionais de saúde sobre multiculturalidade (nomeadamente especificidades culturais na saúde)	1	5 Sessões de capacitação dos/as profissionais dos cuidados de saúde	N.º de reuniões realizadas com os serviços de profissionais de saúde N.º de sessões realizadas N.º de profissionais de saúde participantes	ULSBA Município/PMIM <b>85</b>

**Tabela 52** - Tabela resumo da dimensão operacional da área de intervenção “Saúde”

8. Solidariedade e Resposta Social						
Objetivos estratégicos	Objetivos específicos	Medidas	Níveis	Metas	Indicadores	Responsáveis
Promover a inclusão social e o acesso a apoio social da comunidade migrante	Promover ações com serviços sociais para avaliar a adequação de respostas sociais à comunidade migrante	24. Promoção de reuniões de trabalho/encontros	1	2 Ações realizadas	N.º de ações realizadas	Município/PMIM
	Promover ações de informação e sensibilização à comunidade migrante sobre os serviços de apoio social disponíveis na comunidade	25. Divulgação dos apoios sociais existentes e respostas sociais junto da comunidade migrante e demais entidades relevantes	2	10 Ações de informação e sensibilização realizadas	N.º de ações realizadas N.º de NPTs participantes	Município/PMIM

**Tabela 53** - Tabela resumo da dimensão operacional da área de intervenção “Solidariedade e resposta social”

### 9. Cidadania e Participação Cívica

Objetivos estratégicos	Objetivos específicos	Medidas	Níveis	Metas	Indicadores	Responsáveis
Reforçar a participação cívica e política das pessoas migrantes (promover o acesso aos direitos de cidadania)	Informar e capacitar a comunidade migrante para o exercício dos seus direitos sociais e políticos	26. Realização de ações de sensibilização dirigidas à comunidade migrante sobre direitos e deveres sociais e políticos	2	2 Ações realizadas	N.º de ações realizadas N.º de NPTs participantes	Município/PMIM
	Reforçar a consciencialização da sociedade sobre as situações de tráfico de seres humanos	27. Realização de ações de sensibilização, destinadas a público em geral, sobre o tráfico de seres humanos, nomeadamente para exploração sexual, laboral e mendicidade	1	1 Ação realizada	N.º de ações realizadas	ACM Município/PMIM

**Tabela 54** - Tabela resumo da dimensão operacional da área de intervenção “Cidadania e participação cívica”

### 10. Media e Sensibilização da Opinião Pública

Objetivos estratégicos	Objetivos específicos	Medidas	Níveis	Metas	Indicadores	Responsáveis
Sensibilizar a comunidade de acolhimento (inclui os profissionais da comunicação) para a interculturalidade e para o combate ao racismo, xenofobia e discriminação (contribuir para o combate de estereótipos e preconceitos)	Dar a conhecer e promover a imagem positiva das diferentes comunidades migrantes	28. Divulgação de recursos audiovisuais sobre as comunidades migrantes	2	2 Recursos divulgados	N.º de pessoas envolvidas	Comunicação Social Local Município/PMIM
		29. Divulgação e/ou apoio na realização de exposições sobre as histórias de vida das pessoas migrantes	2	2 Exposições realizadas	N.º de exposições realizadas N.º de pessoas envolvidas	Município/PMIM Comunicação Social Local
		30. Realização de programas na rádio local, sobre as comunidades migrantes	2	4 Programas realizados	N.º de programas N.º de NPTs envolvidos	Comunicação Social Local Município/PMIM
	Dar visibilidade às iniciativas culturais e outras desenvolvidas pela comunidade migrante	31. Divulgação através dos canais de comunicação do Município/Juntas de Freguesia	2	10 Iniciativas divulgadas	N.º de iniciativas de divulgação	Município/PMIM

**Tabela 55** - Tabela resumo da dimensão operacional da área de intervenção “Media e sensibilização da opinião pública”



### 11. Racismo e Discriminação

Objetivos estratégicos	Objetivos específicos	Medidas	Níveis	Metas	Indicadores	Responsáveis
Reforçar o combate ao racismo e à discriminação	Reforçar a consciencialização sobre o racismo e a discriminação racial e étnica na sociedade	32. Realização de ações de informação abertas à comunidade	1	4 Ações realizadas	N.º de ações realizadas N.º de participantes	Município/PMIM
		33. Comemoração do dia 21 de março	1	2 Comemorações realizadas	N.º de participantes	Município/PMIM
		34. Realização de ações de sensibilização nas escolas sobre o racismo e a discriminação de base racial e étnica	1	4 Ações realizadas	N.º de ações realizadas N.º de participantes	Município/PMIM
	Promover o respeito pela diversidade	35. Realização de ações de formação para funcionários/as das Juntas de Freguesia do Concelho sobre as questões da discriminação de base étnica e racial	1	1 Ação realizada	N.º de ações realizadas N.º de participantes	SEF ACT Juntas de Freguesia (ANAFRE) Município/PMIM

**Tabela 56** - Tabela resumo da dimensão operacional da área de intervenção “Racismo e discriminação”

### 12. Relações Internacionais

Objetivos estratégicos	Objetivos específicos	Medidas	Níveis	Metas	Indicadores	Responsáveis
Promover o contacto com as embaixadas de países de origem dos migrantes presentes no território	Desenvolver troca de experiências e de partilha de estratégias de intervenção	36. Participação e/ou co-organização de encontros de trabalho e/ou de intercâmbio internacional na área da integração de migrantes e interculturalidade	2	1 Iniciativa organizada e/ou participada	N.º de iniciativas de intercâmbio internacional	Município/PMIM Embaixadas

**Tabela 57** - Tabela resumo da dimensão operacional da área de intervenção “Relações internacionais”

### 13. Religião

Objetivos estratégicos	Objetivos específicos	Medidas	Níveis	Metas	Indicadores	Responsáveis
Valorizar a diversidade religiosa existente no Concelho	Aumentar o conhecimento da comunidade de acolhimento e da comunidade migrante sobre as diferentes religiões	37. Realização de ações de promoção do diálogo inter-religioso	2	2 Ações realizadas	N.º de ações N.º de participantes	Município/PMIM Instituições religiosas
Fomentar a troca de conhecimento e experiências na área das migrações	Promover a realização de ações sobre o diálogo inter-	38. Realização de um encontro sobre a história e atualidade das religiões no	2	1 Iniciativa realizada	N.º de ações inter-religiosas N.º de NPTs	Município/PMIM Instituições religiosas

e da interculturalidade a nível internacional	religioso	mundo				
---	-----------	-------	--	--	--	--

**Tabela 58** - Tabela resumo da dimensão operacional da área de intervenção “Religião”

14. Igualdade de Género						
Objetivos estratégicos	Objetivos específicos	Medidas	Níveis	Metas	Indicadores	Responsáveis
Informar e sensibilizar as comunidades migrantes sobre todas as matérias de igualdade de género	Reforçar a consciencialização sobre a igualdade de género na comunidade migrante	39. Promoção de ações de informação e sensibilização sobre igualdade de género e violência doméstica	1	3 Ações realizadas	N.º de ações realizadas N.º de NPTs participantes	NAV Município/PMIM

**Tabela 59** - Tabela resumo da dimensão operacional da área de intervenção “Igualdade de género”

Podemos verificar a distribuição das medidas (39) por área temática de intervenção (14), sendo que há medidas que concorrem para mais do que uma área temática. As medidas devem ser, por isso, entendidas como complementares entre si.

ÁREAS TEMÁTICAS DE INTERVENÇÃO	MEDIDAS
1. Serviços de Acolhimento e Integração	6
2. Urbanismo e Habitação	2
3. Mercado de Trabalho e Empreendedorismo	4
4. Formação e Capacitação	3
5. Educação e Língua	4
6. Cultura	2
7. Saúde	2
8. Solidariedade e Resposta Social	2
9. Cidadania e Participação Cívica	2
10. Media e Sensibilização da Opinião Pública	4
11. Racismo e Discriminação	4
12. Relações Internacionais	1
13. Religião	2
14. Igualdade de Género	1

**Tabela 60** - Tabela relação das áreas temáticas de intervenção e as medidas

## **MODELO DE MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO**

A implementação do PMIM, fundamental para apoiar todo o processo de acolhimento e integração da população migrante do concelho, inicia-se após a sua aprovação (6 meses de conceção) e tem um período de vigência de dois anos – novembro de 2021 a outubro de 2023. A monitorização e a avaliação do PMIM serão da responsabilidade direta da Plataforma de Acompanhamento e Monitorização do Plano e, por isso, asseguradas pela equipa técnica do projeto (Município) e pelas entidades que constituem a referida Plataforma - inclui organizações públicas e privadas com intervenção na área das migrações. À Plataforma poderão, posteriormente, aderir novos membros, por iniciativa das entidades integrantes da mesma, sempre que seja identificada a necessidade de alargar a sua composição.

O modelo de monitorização e avaliação tem como base de trabalho os indicadores definidos quer na dimensão estratégica, quer na dimensão operacional do PMIM – estes verificados através das evidências de cada uma das atividades, de forma a ajustar as necessidades diagnosticadas às medidas que vão sendo implementadas – propondo, sempre que necessário, o ajustamento da intervenção mediante a avaliação dos resultados alcançados, produzindo, para esse efeito, relatórios de progresso, relativamente ao cumprimento dos indicadores definidos.

Este modelo pressupõe assim, a comparação entre os resultados esperados e os resultados executados, permitindo a introdução de melhorias ao PMIM, caso se verifiquem alterações no contexto da intervenção.

Considerando o período temporal do plano (2021-2023), estima-se a realização de um total de 4 reuniões, sendo 2 por cada ano do período de vigência (aqui não foi considerado o ano de 2021 uma vez que o PMIM inicia em novembro, o que perfaz apenas 2 meses de execução), sem prejuízo de que se venham a realizar reuniões extraordinárias por iniciativa das entidades parceiras ou da estrutura de acompanhamento, sempre que se justifique.

Os resultados da monitorização serão apresentados através de relatório final (2 - um a cada ano civil 2022 e 2023), no qual será aferida a relevância, eficácia, eficiência, impacto e sustentabilidade dos resultados alcançados - os processos de acompanhamento devem

assumir uma postura positiva e construtiva, procurando identificar os constrangimentos e as potencialidades das medidas inscritas no PMIM.

Importa ainda, que a Plataforma assegure a auscultação dos destinatários diretos do PMIM durante a sua vigência e em momento após a sua conclusão, procurando realizar uma avaliação de impacto das atividades desenvolvidas.

O Modelo de Monitorização e Avaliação do PMIM encontra-se esquematizado na figura abaixo. É a partir desta estrutura que será efetivada a monitorização e avaliação do PMIM que se pressupõe participada e flexível.



**Figura 22:** Esquema resumo do modelo de monitorização e avaliação

É num contexto de constante mudança e inovação que o PMIM será implementado, pelo que a auscultação das várias partes envolvidas assume um papel fundamental na sua monitorização e avaliação. A consensualização das ações e o envolvimento do maior número possível de destinatários tendo em vista a sua integração e melhoria de qualidade de vida são os princípios que devem presidir a todo o processo.

## MODELO DE GOVERNAÇÃO

No sentido de garantir o acompanhamento e monitorização do PMIM, o modelo de governação a ser implementado identifica as principais responsabilidades das partes envolvidas no PMIM. Pressupõe, por isso, a colaboração e envolvimento de todas as entidades parceiras do Plano e demais entidades públicas e privadas que intervêm na área do acolhimento e integração da população migrante e do diálogo intercultural e inter-religioso.

Este modelo tem como princípio assegurar a articulação regular com estas entidades para acompanhar, de forma contínua, a implementação do PMIM. As entidades em matéria de integração de migrantes, particularmente as que integram o CLAS da Rede Social de Beja, integram, também, todo o processo.

A coordenação do Plano será da responsabilidade da Câmara Municipal de Beja - a quem cabe a gestão da implementação e do processo de monitorização e avaliação do PMIM -, apoiada tecnicamente pelas entidades que constituem o grupo de trabalho do PMIM. Este grupo constitui, por isso, o seu núcleo principal, do ponto de vista operacional, funcionando, como já referido, sob coordenação da CMB. De modo a garantir a sua funcionalidade e a partilha de responsabilidades, este grupo deverá reunir trimestralmente.

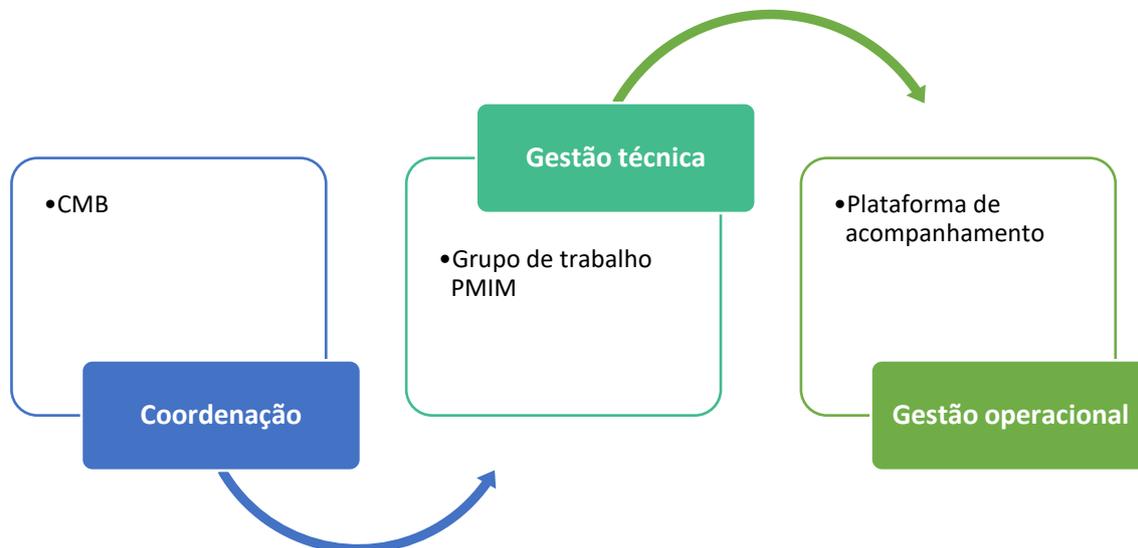
91

Assim, sendo representativa de todos os cidadãos e cidadãs do concelho (migrantes e comunidade de acolhimento) são responsabilidades da plataforma de acompanhamento:

- Implementar e acompanhar a execução das medidas inscritas no PMIM
- Identificar novas problemáticas/necessidades e oportunidades no âmbito das migrações
- Mobilizar novas parcerias em matéria de migrações e envolver as entidades que possam dar contributos no processo de integração de NPTs
- Garantir a realização dos processos de monitorização e avaliação
- Promover a articulação entre parceiros, incluindo administração (central e local), instituições e empresas
- Contribuir para uma melhor compreensão do fenómeno da migração
- Contribuir para a divulgação do Plano, e da respetiva implementação

O modelo de gestão do PMIM encontra-se esquematizado na figura abaixo. É a partir desta estrutura que será organizada a gestão interna e operacional do PMIM, de uma forma que

privilegia a flexibilidade, bem como o envolvimento de todas as partes em momentos adequados, em função das suas responsabilidades, missão e recursos.



**Figura 23:** Esquema resumo do modelo de governação

Referir ainda que, o ACM assume aqui papel fundamental no acompanhamento e na garantia da correta execução do Plano. Este apoio ao nível do esclarecimento de procedimentos e/ou dúvidas na execução das medidas, assim como, a comunicação regular entre o ACM e a CMB são fulcrais



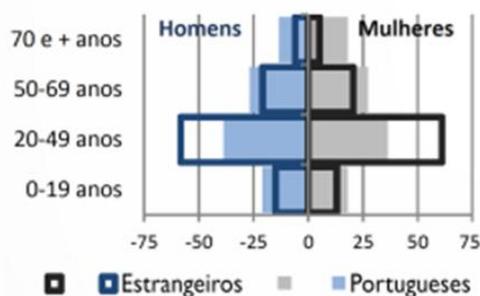
# GLOSSÁRIO

## IMIGRANTES CONTRIBUEM PARA A DEMOGRAFIA



Mulheres estrangeiras responsáveis por 13% do total de nados-vivos de Portugal em 2019 (embora os estrangeiros apenas representem 6% do total de residentes no país).

Estrangeiros mais concentrados nos grupos etários mais jovens, em idades férteis e em idades ativas: 61 em cada 100 mulheres estrangeiras tem entre 20 e 49 anos (+25 que mulheres portuguesas nessas idades) e 59 em cada 100 homens estrangeiros (+21 que homens portugueses)



Fonte: Oliveira, C. R. (2020), "Imigração e a sua importância: entre perceções e a realidade", Indicadores de Integração de Imigrantes. Relatório Estatístico Anual 2020, Coleção Imigração em Números (C. R. Oliveira, coord.), Observatório das Migrações.

### Perceções e factos da imigração em Portugal

[www.om.acm.gov.pt](http://www.om.acm.gov.pt)

## GLOSSÁRIO

- Abordagem bottom-up** É aquela que trabalha a partir de uma base alargada de pessoas ou agentes locais, recolhendo os contributos e opiniões dos atores e organizações interessadas ou influenciadas por determinada estratégia, decisão ou estudo ou que operem na mesma área temática de intervenção, independentemente do seu nível ou capacidade de decisão.
- Ator** Qualquer pessoa, grupo ou organização cujas ações influenciem, direta ou indiretamente, o projeto. Também designado por “interveniente” ou “agente”.
- Autorização de residência** Título que permite às pessoas estrangeiras permanecerem num determinado país durante um certo período de tempo ou por tempo indeterminado.
- Autorização de trabalho** Título que permite às pessoas estrangeiras exercerem uma atividade profissional num determinado país.
- Demografia** Estudo da população humana, em especial no que respeita ao tamanho e à densidade, à distribuição e à esperança de vida.
- Dependentes** Correntemente, corresponde a alguém que conta com o apoio de outrem. No contexto da migração, cônjuges ou crianças menores de idade são geralmente consideradas “dependentes”, mesmo que não o sejam financeiramente.
- Diagnóstico** Processo de analisar a situação, o problema, o grupo ou a organização que o projeto terá como objeto. Trata-se de um instrumento que permite a caracterização de uma situação, a deteção de necessidades, a identificação de problemas, a inventariação de recursos e a determinação dos pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças de uma determinada unidade de análise.

- Discriminação** Comportamento discriminatório ou abusivo em relação aos membros de outra raça. A discriminação racial corresponde a qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência fundada na raça, cor, ascendência ou na origem nacional ou étnica, que tenha como objetivo ou efeito destruir ou comprometer o reconhecimento, o gozo ou o exercício, em condições de igualdade, de direitos humanos e das liberdades fundamentais nos domínios político, económico, social, cultural ou em qualquer outro domínio da vida pública.
- Documentos de viagem** Designação genérica utilizada que inclui todos os documentos que são prova aceitável de identidade para efeitos de entrada noutro país. O passaporte e o visto constituem o tipo de documento de viagem mais utilizado. Alguns Estados aceitam determinados documentos de identificação ou outros documentos.
- Domicílio** Sede jurídica de uma pessoa singular. Lugar onde a pessoa tem a sua residência habitual. Não tendo a pessoa residência habitual, será o lugar da sua residência ocasional ou, não sendo esta determinada, o local onde se encontrar.
- Emigração** Abandono ou saída de um Estado com a finalidade de se instalar noutro. As normas internacionais sobre direitos humanos preveem que toda a pessoa deve poder abandonar livremente qualquer país, nomeadamente o seu próprio, e que apenas em circunstâncias muito limitadas podem os Estados impor restrições ao direito de abandono do território.
- Entrada** Ingresso de uma pessoa estrangeira num outro país, que não o seu. Este ingresso pode ser voluntário ou involuntário, legal ou ilegal.
- Estatuto de imigrante** Estatuto conferido à pessoa migrante nos termos da lei de imigração do país de acolhimento.
- Estrangeira e estrangeiro** Pessoa que não é nacional de um determinado Estado. Pessoa que pertence a outro Estado.
- Facilitação da migração** Acolher ou incentivar a migração legítima, tornando as viagens mais



cómodas e fáceis. A facilitação pode abranger quaisquer medidas, como, por exemplo, a uniformização do procedimento de requisição de vistos ou procedimentos de fiscalização de passageiras e passageiros eficazes e com a ajuda de pessoal competente.

**Fluxo migratório** Contagem do número de migrantes que se deslocam ou têm autorização para se deslocar para (ou de) um país a fim de ter acesso a um emprego ou fixar-se durante um determinado período de tempo.

**Focus group** Metodologia de pesquisa caracterizada pela reunião em grupo de um conjunto de pessoas que encetam um processo de discussão centrada sobre um tema específico.

**Gestão da migração** Termo que abrange diversas funções governamentais e um sistema nacional de gestão ordenada e humana para a migração além-fronteiras, concretamente a gestão da entrada e da presença de pessoas estrangeiras no interior das fronteiras do Estado e a proteção de pessoas refugiadas e de outras que necessitem de proteção.

**Grupos vulneráveis** Qualquer grupo ou sector da sociedade que é mais suscetível a práticas discriminatórias, à violência, a desastres naturais ou ambientais ou a dificuldades económicas do que outros grupos no seio do Estado. Qualquer grupo ou sector da sociedade (tais como mulheres, crianças ou pessoas idosas) que corre mais riscos em situações de conflito ou de crise.

**Imigração** Processo através do qual pessoas estrangeiras se deslocam para um país, a fim de aí se estabelecerem.

**Imigrante permanente** Pessoa imigrante legalmente admitida, sendo-lhe permitido fixar-se no país de acolhimento, incluindo as pessoas que são admitidas para fins de reagrupamento familiar.

**Indicador** Elemento observável e objetivo que fornece informação sobre aspetos específicos da realidade.

**Integração** Processo através do qual a pessoa migrante é aceite na sociedade, quer na sua qualidade de cidadã ou cidadão quer de membro de um grupo. As exigências específicas de aceitação por uma sociedade de acolhimento variam bastante de país para país e a responsabilidade pela integração não é de um grupo em particular, mas de vários atores: da própria pessoa migrante, do Governo de acolhimento, das instituições e da comunidade.

**Intercultura** Troca recíproca de relações culturais. Intercâmbio intelectual.

**Legalização** Ato de tornar lícito. Autorização ou justificação através de aprovação legal.

**Legítimo** De conformidade com a lei, legal, autêntico, verdadeiro. Por exemplo, uma pessoa migrante legal entra com a intenção legítima de se conformar às leis sobre migração e apresenta documentos de viagem legítimos.

**Mediação** Forma não vinculativa de resolução de litígios que envolve um terceiro elemento neutro que tenta ajudar as partes em litígio a chegar a uma solução mutuamente satisfatória.

**Membro da família** Designa a pessoa casada com a pessoa trabalhadora migrante ou que com ela mantém uma relação que, em virtude da legislação aplicável, produz efeitos equivalentes aos do casamento, bem como descendentes e outras pessoas a seu cargo, reconhecidas como familiares pela legislação aplicável ou por acordos bilaterais ou multilaterais aplicáveis entre os Estados interessados.

**Membro de uma minoria** Pessoa que, sendo originária de outro país, se torna nacional do país de acolhimento, por nascimento ou naturalização.

**Meta** Quantidade, dimensão ou abrangência dos resultados, mudanças ou realizações previstas e desejadas. Poderá incluir a delimitação temporal dessas mudanças ou realizações.



- Migração** Processo de atravessamento de uma fronteira internacional ou de um Estado. É um movimento populacional que compreende qualquer deslocação de pessoas, independentemente da extensão, da composição ou das causas. Inclui a migração de pessoas refugiadas, pessoas deslocadas, pessoas desenraizadas e pessoas migrantes económicas.
- Migração assistida** Circulação de migrantes com o apoio de um Governo, de Governos ou de uma organização internacional, por oposição à migração espontânea e não assistida.
- Migração de retorno** Deslocação de pessoas que regressam ao seu país de origem ou de residência habitual, geralmente, depois de passarem pelo menos um ano noutro país. Este retorno pode ou não ser voluntário. A migração de retorno inclui o repatriamento voluntário.
- Migração em massa** Deslocação imprevista de um elevado número de pessoas.
- Migração forçada** Termo geral usado para caracterizar o movimento migratório em que existe um elemento de coação, nomeadamente ameaças à vida ou à sobrevivência, quer tenham origem em causas naturais quer em causas provocadas por pessoas.
- Migração interna** Circulação de pessoas de uma região do país para outra, com a finalidade ou o efeito de fixar nova residência. Este tipo de migração pode ser temporária ou permanente. A pessoa migrante interna desloca-se mas permanece dentro do seu país de origem.
- Migração internacional** Movimentos de pessoas que deixam os seus países de origem ou de residência habitual para se fixarem, permanente ou temporariamente, noutro país. Consequentemente, implica a transposição de fronteiras internacionais.
- Migração laboral** Movimento de pessoas do seu Estado para outro Estado com a finalidade de aí encontrar emprego. A migração laboral está regulada

nas leis sobre migração da maioria dos Estados. Além disso, alguns Estados desempenham um papel ativo na regulação da migração laboral externa e procuram oportunidades no estrangeiro para as pessoas nacionais.

- Migrante** No plano internacional não existe uma definição universalmente aceite de migrante. O termo migrante compreende, geralmente, todos os casos em que a decisão de migrar é livremente tomada pela pessoa em questão, por razões de “conveniência pessoal” e sem a intervenção de fatores externos que a forcem a tal. Em consequência, este termo aplica-se às pessoas e membros da família que se deslocam para outro país ou região a fim de melhorar as suas condições materiais, sociais e possibilidades das suas famílias.
- Migrante irregular** Alguém que, devido a uma entrada ilegal ou a um visto fora do prazo de validade, não tem estatuto legal no país de trânsito ou de acolhimento. O termo aplica-se a migrantes que infringem as normas de admissão de um país e a qualquer outra pessoa não autorizada a permanecer no país de acolhimento. Também designado por pessoa migrante clandestina/ilegal/indocumentada ou em situação irregular.
- Minoria** Apesar de não existir uma definição de direito internacional universalmente aceite, pode considerar-se que minoria é um grupo que é numericamente inferior à restante população de um Estado e que não está numa posição de domínio, cujos membros têm características étnicas, religiosas ou linguísticas que diferem das da restante população e que, embora apenas implicitamente, têm um sentimento de solidariedade no que respeita à preservação da sua cultura, tradições, religião e língua.
- Nacional** Pessoa que, através do nascimento ou da naturalização, é membro de uma comunidade política, devendo fidelidade a essa comunidade, gozando de toda a proteção e de todos os direitos civis e políticos. Membro de um Estado que tem direito a todos os seus privilégios. Pessoa que goza da nacionalidade de um determinado Estado.



- Nacional de país terceiro** Corresponde, no âmbito do Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração, a qualquer pessoa que não seja cidadã da União Europeia. Inclui apátridas e pessoas de nacionalidade indefinida.
- Necessidade** Aquilo que um grupo-alvo necessita de acordo com as suas próprias perspetivas ou segundo uma apreciação dos interesses feita por terceiros.
- Parceria** Acordo de colaboração entre duas ou mais organizações de modo a articular as suas intervenções. Envolve, dependendo da sua profundidade, a partilha de informação, recursos humanos, materiais e financeiros.
- Planeamento** Processo de programação de uma intervenção que articula um determinado conjunto de objetivos, resultados desejáveis e atividades, tendo em vista a realização de um dado objetivo, num determinado tempo, de modo a maximizar e racionalizar os recursos disponíveis. Materializa-se, por norma, em planos.
- Racismo** Construção ideológica que atribui a uma determinada raça ou grupo étnico uma posição de domínio sobre outros com fundamento em atributos físicos e culturais, bem como com fundamento no domínio económico e de controlo. O racismo pode ser definido como doutrina ou crença na superioridade racial. Esta definição inclui a crença de que a raça é fator determinante da inteligência, das características culturais e dos comportamentos morais. O racismo compreende o preconceito e a discriminação raciais.
- Reagrupamento/  
reunificação familiar** Processo pelo qual os membros da família, separados através da migração forçada ou voluntária, são reagrupados num país diferente do país de origem.
- Recursos** Meios – humanos, materiais ou financeiros – disponíveis e mobilizáveis para a concretização de determinadas atividades ou determinados objetivos.

**Reforço das capacidades** Reforço de capacidades dos Governos e da sociedade civil pela consolidação dos seus conhecimentos, competências e atitudes. O reforço de capacidades pode assumir a forma de planeamento e elaboração de projetos substantivos e diretos em parceria com um Governo ou, noutras circunstâncias, pode assumir a forma de facilitação de agendas de diálogo para o desenvolvimento, bilaterais ou multilaterais, levadas a cabo pelas autoridades competentes. Em todos os casos, o reforço de capacidades tem como objetivo a conformação com marcadores aceitáveis de práticas de gestão.

**Regularização** Qualquer processo através do qual um país autoriza as pessoas estrangeiras em situação irregular a obter um estatuto legal no país. As práticas gerais incluem a concessão de uma amnistia (também conhecida por “legalização”) às pessoas estrangeiras que residiram no país em situação irregular por um determinado período de tempo e que não preencham qualquer outro fundamento de inadmissibilidade.

**Requerente de asilo** Pessoa que pretende ser admitida num país como refugiada e que aguarda uma decisão relativamente ao seu requerimento para obter esse estatuto segundo os instrumentos, internacionais e nacionais, competentes. Em caso de indeferimento, tem de abandonar o país e poderá ser expulsa, tal como qualquer pessoa estrangeira em situação irregular, exceto se for autorizada a permanecer por razões humanitárias ou outros fundamentos relacionados.

**Retorno voluntário assistido** Apoio logístico e financeiro facultado a pessoas requerentes de asilo rejeitadas, migrantes que foram objeto de tráfico, estudantes sem recursos, pessoas nacionais qualificadas e outras pessoas migrantes que não podem ou não querem permanecer no país de acolhimento e que regressam voluntariamente aos seus países de origem.

**Stakeholder** Qualquer grupo ou indivíduo que é, direta ou indiretamente, afetado pelo projeto ou pelos resultados de uma dada iniciativa. Qualquer agente que possui um interesse no projeto: o grupo-alvo, a comunidade local, quem beneficia, a equipa de gestão do projeto, as organizações financiadoras, entre outros.

- Trabalhador e trabalhadora sazonal** Designa o trabalhador ou trabalhadora cuja atividade, pela sua natureza, depende de condições sazonais e só se realiza durante parte do ano.
- Tráfico de pessoas** Consiste no recrutamento, no transporte, na transferência, no alojamento ou no acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça, ao uso da força ou a outras formas de coação, para fins de exploração.
- Visto** Aditamento feito no passaporte ou no certificado de identidade que indica que funcionária ou funcionário consular considerou, no momento da sua emissão, que a pessoa titular do mesmo se inseria na categoria de pessoas estrangeiras que são admissíveis, nos termos das normas internas do Estado. Um visto define os critérios de admissão num Estado.
- Workshop** Evento, sob a forma de sessão ou reunião de trabalho, em que um grupo de pessoas se reúne com o propósito, por exemplo, de analisar um assunto, debater um tema ou elaborar um documento. Tradicionalmente, o termo é utilizado quando se recorre a métodos e técnicas participativas ou ativas e o número de pessoas envolvidas no evento é relativamente reduzido.
- Xenofobia** No plano internacional não existe uma definição universalmente aceite de xenofobia, muito embora possa ser descrita como atitude, preconceito ou comportamento que rejeita, exclui e, frequentemente, diminui pessoas com base na perceção de que são estranhas ou estrangeiras relativamente à comunidade, à sociedade ou à identidade nacional. Existe uma relação estreita entre racismo e xenofobia, termos que são difíceis de distinguir.



# BIBLIOGRAFIA

## IMIGRAÇÃO BOM OU MAU PARA A ECONOMIA?

Portugal destaca-se como o país europeu onde há mais a perceção de que a imigração é boa para a economia: segundo dados do Inquérito Social Europeu de 2018, Portugal surge com a média mais alta (6,3 pontos, numa escala de 1 a 10), seguido da Suíça (6,2 pontos), da Alemanha (6,1) e do Reino Unido (6).



## IMIGRANTES CONTRIBUEM PARA A ECONOMIA PORTUGUESA



**Estrangeiros com taxas de atividade superiores aos nacionais:** extracomunitários em Portugal com taxa de atividade de 76% (+17pp que o observado para os portugueses). **Estrangeiros mais representados nos grupos profissionais da base** (50% nos grupos profissionais 7,8 e 9, +11pp que os nacionais). **Estrangeiros com remunerações base médias inferiores aos nacionais** (-5,4%). **Estrangeiros geradores de emprego em Portugal:** estrangeiros com maior número de empregadores por total de ativos que os nacionais.

Fonte: Oliveira, C. R. (2020), "Imigração e a sua importância: entre perceções e a realidade", Indicadores de Integração de Migrantes. Relatório Estatístico Anual 2020, Coleção Imigração em Números (C. R. Oliveira, coord.), Observatório das Migrações.

### Perceções e factos da imigração em Portugal

[www.om.acm.gov.pt](http://www.om.acm.gov.pt)

## BIBLIOGRAFIA E WEBGRAFIA

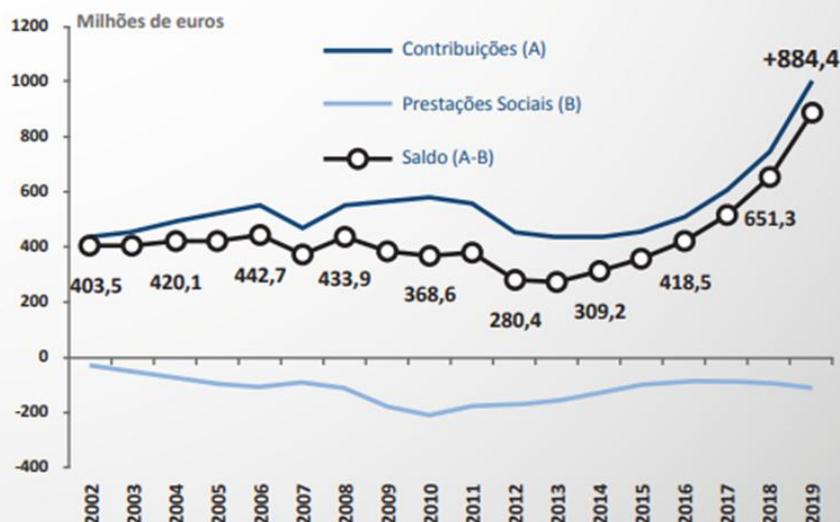
- ❖ ACIDI. (2013). Diagnóstico da população imigrante em Portugal: desafios e potencialidades. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.
- ❖ ACM & Logframe. (2015). Guia para a conceção de Planos Municipais para a Integração de Imigrantes. Lisboa: Alto Comissariado para as Migrações.
- ❖ ACM. (2020). Aviso 83/FAMI/2020. Obtido de Alto Comissariado para as Migrações: Nº: 83 Fundo: FAMI – Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração Objetivo Específico: 2 – Integração e Migração Legal Objetivo Nacional: 2 – Integração Portaria: n.º 407/2015, de 24 de novembro, com as devidas alterações da Portaria n.º 156-A/2016, de 2 de junho
- ❖ Alto Comissariado para as Migrações, I.P. (2015), Plano Estratégico para as Migrações 2015-2020, Lisboa, ACM
- ❖ COM (2011), Communication from the Commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the regions – European Agenda for the Integration of Third-Country Nationals, COM(2011) 455 final
- ❖ Marques, José Carlos; Góis, Pedro; Castro, Joana Morais (2014), *Impacto das políticas de reagrupamento familiar em Portugal*. Lisboa: Observatório da Imigração/ACIDI – Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.
- ❖ Organização Internacional para as Migrações. (2009). Glossário sobre migração. Genebra: Organização Internacional para as Migrações.
- ❖ Observatório das Migrações (2020). Relatório de Estatística Anual
- ❖ Papademetriou, Demetrios G. (2003) - Policy considerations for Immigrant Integration, Migration Information Source. Fresh Thought, Authoritative Data, Global Reach, Migration Policy Institute ([www.migrationinformation.org/Feature/print.cfm?ID=171](http://www.migrationinformation.org/Feature/print.cfm?ID=171)).
- ❖ Penninx, Rinus (2003) - Integration: the Role of Communities, Institutions, and The State, Migration Information Source. Fresh Thought, Authoritative Data, Global Reach, Migration Policy Institute ([www.migrationinformation.org/Feature/print.cfm?ID=168](http://www.migrationinformation.org/Feature/print.cfm?ID=168)).
- ❖ Porto Editora. (2020). Intercultura. Obtido em 28 de junho de 2020, de Dicionário Infopédia da Língua Portuguesa:  
<https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/intercultura>
- ❖ Resolução do Conselho de Ministros nº12-B/2015. (2015). Plano Estratégico para as Migrações. Diário da República, 1ª Série, nº 56/2015, 1654-(2) a 1654-(24).
- ❖ Resolução do Conselho de Ministros n.º141/2019, (2019). Pacto Global para as Migrações. Diário da República, 1ª Série, nº 158/2019.
- ❖ SEF - Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (2012), “A imigração de estudantes internacionais para a União Europeia: o caso português”. Lisboa: SEF.



# ANEXOS

## IMIGRANTES CONTRIBUEM PARA A SUBSISTÊNCIA FINANCEIRA DO SISTEMA DE SEGURANÇA SOCIAL DE PORTUGAL

Estrangeiros representam um contributo muito positivo para a sustentabilidade do sistema de segurança social: saldo de **+884,4 milhões de euros em 2019 com contribuintes estrangeiros**; há **67 contribuintes** por cada **100** residentes estrangeiros (versus 45 nos portugueses) e há apenas **28 beneficiários** por **100** contribuintes estrangeiros (versus 58 nos portugueses). As prestações sociais recebidas pelos estrangeiros representam apenas 11% no total das suas contribuições para o sistema de segurança social de Portugal.



Fonte: Oliveira, C. R. (2020), "Imigração e a sua importância: entre percepções e a realidade", Indicadores de Integração de Imigrantes. Relatório Estatístico Anual 2020, Coleção Imigração em Números (C. R. Oliveira, coord.), Observatório das Migrações.

**Percepções e factos da imigração em Portugal**

www.om.acm.gov.pt

**Anexo 1** - Adaptação do questionário do “Estudo de diagnóstico de caracterização da população imigrante, identificação dos seus problemas e dos seus contributos para as dinâmicas de desenvolvimento do município” (ACIDI, 2013)

**Anexo 2 - Questionário sobre a perceção da comunidade de acolhimento relativa ao fenómeno da migração**

### Anexo 3 - Matriz de identificação das entidades